



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 099/100

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE AGOSTO DE 2008

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 099

90ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 04

Expediente:

Indicações 04

Requerimentos 04

Projetos de Resolução 08

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Tadeu Veneri 11

Dep. Douglas Fabrício 12

Dep. Luiz Eduardo Cheida 14

Dep. Antonio Belinati 14

Dep. Plauto Miró 16

Dep. Augustinho Zucchi 17

Dep. Stephanes Júnior 17

Grande Expediente:

Dep. Péricles de Mello 20

Sra. Ines Almeida 20

Dep. Luiz Claudio Romanelli 21

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 13

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 15

Liderança do PMDB

Dep. Stephanes Júnior 18

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 23

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 24

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 27

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente28

Discussão/Votação

Redação Final29

3ª Discussão31

2ª Discussão31

Requerimentos32

Encerramento da Sessão32

DIÁRIO Nº 100

91ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....33

Presenças.....33

Abertura da Sessão33

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final34

1ª Discussão37

Encerramento da Sessão38

Publicações:

Comissão Executiva

Atos38

Diretoria Geral

Portarias38

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 099

90ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão04

Expediente:

Indicações04

Requerimentos04

Projetos de Resolução08

Projetos de Lei.....09

Pequeno Expediente:

Dep. Tadeu Veneri11

Dep. Douglas Fabrício.....12

Dep. Luiz Eduardo Cheida14

Dep. Antonio Belinati.....14

Dep. Plauto Miró16

Dep. Augustinho Zucchi.....17

Dep. Stephanes Júnior17

Grande Expediente:

Dep. Péricles de Mello20

Sra. Ines Almeida20

Dep. Luiz Claudio Romanelli 21

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício..... 13

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 15

Liderança do PMDB

Dep. Stephanes Júnior 18

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 23

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 24

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 27

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 28

Discussão/Votação

Redação Final..... 29

3ª Discussão 31

2ª Discussão 31

Requerimentos..... 32

Encerramento da Sessão 32

DIÁRIO Nº 099

90ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 90ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagnão Júnior, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (39).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Beti Pavin, Caíto Quintana, Elton Welter, Enio Verri, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Mauro Moraes, Miltinho Pupio e Reni Pereira (12).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Ney Leprevost (01).

Em licença o Sr. Deputado Edgar Bueno e a Sra. Deputada Rosane Ferreira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 195/08

SÚMULA:

Sugere ao Governador e ao Secretário de Estado da Saúde o término da obra de construção do Hospital Universitário de Maringá.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, sugerindo aos mesmos o término da obra de construção do Hospital Universitário de Maringá.

O Hospital Universitário de Maringá foi inaugurado em 28/10/88 e iniciou atividades em 20/01/89 e até a presente data não foi completada a obra de construção daquela instituição.

Conta atualmente com 120 leitos, apesar do planejamento inicial para 300 leitos. São constantes as interpeleções da sociedade em razão da falta de leitos no referido hospital.

A situação se agrava pois a 15ª Regional carece de aparelhamento e atendimento inicial em muitos postos de saúde, obrigando a população a procurar o HU. Essa situação já foi colocada à Secretaria de Saúde através da Indicação nº 223/07, desta assembléia Legislativa, cuja cópia segue anexa.

O Ofício 136/08 do HU de Maringá expõe com propriedade a situação da instituição e a necessidade de finalizar a construção do hospital, razão pela qual reivindicamos a atenção do Governo do Estado e da Secretaria de Estado da Saúde.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 196/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de escola de 5ª à 8ª série no município de Nova Londrina.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a construção de uma escola de 5ª à 8ª série no bairro Quatro Conjuntos, no município de Nova Londrina, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 20/04/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Após a transferência da unidade educacional do estado situada no bairro Quatro Conjuntos, em Nova Londrina, para a Escola Vale do Tigre, no centro dessa cidade, dois problemas graves resultaram: 1) não há salas suficientes na Escola Vale do Tigre para acolher o aumento de alunos que decorreu do fechamento e transferência de alunos oriundos da unidade do Quatro Conjuntos, e 2) nesse bairro distante do centro da cidade e populoso, habitado por população carente, mães e pais que trabalham fora e não têm condições de acompanhar o deslocamento dos filhos até o centro, tampouco de custear transporte para eles, ficaram desamparados pelo poder público.

Certos de contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja reativada, reformada ou construída - conforme a necessidade -, a unidade educacional dos Quatro Conjuntos, no município de Nova Londrina, solicitação que, se atendida, constituirá verdadeira medida de justiça social.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2173

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Narciza Rodrigues, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2174

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Gelki Barbosa, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2175

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Carmelia Zamilian da Luz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2176

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Munir Bark, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2177

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Amadeu Ribeiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2178

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Mattos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2179

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Amauri da Silva Aleixo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2180

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Silvia Aparecida de Melo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2181

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Deolinda de Jesus Camargo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2182

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Amelia Rudnick da Luz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2183

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Adelita Ferreira Sbitzner, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2184

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Cleidemari Rogenski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2185

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Gisela Mara Russi, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2186

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcilio Pereira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2189

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de reconhecimento público e de congratulações à Construtora Plaenge. Fundada em 1970, em Londrina, pelo jovem engenheiro Ézaro Medina Fabian, a empresa rapidamente alcançou majestoso sucesso e hoje conta com um quadro de 750 funcionários diretos e aproximadamente 4 mil indiretos. A Plaenge é uma das empresas mais respeitadas do país, atuando no Paraná e em outras regiões do Brasil, inclusive na construção de duas fábricas da Coca-Cola e ampliação de outra, na Venezuela. A Plaenge já construiu mais de 120 prédios, com quase 6 mil apartamentos já entregues. No momento existem 40 torres em andamento. Registre-se, também, a construção de várias indústrias, loteamentos, sistema de tratamento d'água da SANEPAR, viadutos, parceria na construção do Estádio do Café, em Londrina, e muitas outras obras. A Plaenge é uma empresa orgulho dos paranaenses, digna de aplauso pelo acabamento de 1º mundo em suas obras e pela rigorosa pontualidade nos compromissos com seus milhares de clientes.

A diretoria da Plaenge merece elogio pela ação humanitária na área social, ajudando a manter a Comunidade Sarmelli, na região metropolitana de Curitiba e o Albergue Noturno de Londrina. Na área da cultura é copatrocinadora do Festival de Música de Londrina.

A empresa, fundada pelo sábio e arrojado empresário Ézaro Medina Fabian, conta, hoje, com os sócios Mário Koji Numata, Carlos Roberto Melquíades e Evaldo Medina Fabian, todos eles dotados de fantástica visão empresarial.

Requeiro que a homenagem deste Poder Legislativo seja comunicada à direção da empresa, com votos de permanente sucesso aos seus proprietários e funcionários que, com muita competência e trabalho, ajudam na prosperidade do nosso país.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2190

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao casal Kimiko e Atsushi Yoshii, proprietários da Construtora Yoshii, fundada há 43 anos em Londrina.

A empresa, com mais de 1300 funcionários, é uma das mais respeitadas do país, responsável pela construção de enorme quantidade de edifícios, com destaque ao alto nível no acabamento de suas obras e rigorosa pontualidade nos compromissos firmados com seus clientes.

Dona Kimiko e o Dr. Atsushi formam um casal muito admirado pela sociedade londrinense e tem sido brilhante a sua participação no comando da IMIN 100, que já contou, inclusive, com a presença em Londrina do Príncipe do Japão. Louve-se, também a criação do Instituto Atsushi e Kimiko Yoshii de Promoção à Cidadania, com notáveis resultados sociais com amplo apoio a programas de valorização do ser humano, de conscientização ecológica e preservação ambiental.

Requeiro o reconhecimento público desta Casa de Leis seja comunicado ao casal homenageado, com votos de permanente sucesso junto com familiares e todos os funcionários que, com competência, garra e amor contribuem com o desenvolvimento de Londrina e região.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2193

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de louvor e agradecimentos, com menção honrosa, ao Sr. Darci Piana, Presidente da Federação do Comércio do Paraná - FECOMÉRCIO/PR, pelo empenho nas festividades comemorativas do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

O envolvimento do SESC e SENAC, órgão do Sistema FECOMÉRCIO, do Paraná, foi fundamental em alguns eventos como: Festival de Culinária Japonesa; Festival de Taikô; e apoio em tantos outros eventos colaboraram infinitamente com o sucesso das comemorações do IMIN-100.

Como Presidente da Comissão Executiva Estadual do IMIN-100, expresso os agradecimentos em nome da Comunidade NipoBrasileira do Paraná.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2188

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de aplauso aos policiais militares, Leandro de Souza e Fernando Geraldo Gomes Madureira, pelo excelente trabalho executado no dia 10 de agosto passado, ao evitarem uma tentativa de suicídio na Vila Leila Maria, em Ponta Grossa.

Requer ainda, que se dê ciência aos mesmos através de correspondência individual a ser encaminhada para Soldado Leandro e Soldado Fernando.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2199

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Exmo. Diretor Superintendente do IBAMA no estado do Paraná, José Álvaro da Silva Carneiro, para que disponibilize apoio técnico ao Projeto PMGP - Produção de Madeira da Grimpa do Pinheiro, afim de dar apoio no campo de pesquisa e estudos sobre a efetivação deste relevante projeto sócio, econômico e ambiental ligado a árvore símbolo do estado do Paraná as Araucárias.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

É de conhecimento geral que as Araucárias estão em extinção. É necessário que seja encontrada uma solução econômica que motive aos proprietários de área com Araucárias, para que se preservem os nossos pinheiros.

Esse projeto, que no momento está em fase de teste na Universidade Federal do Paraná (UFPR), deverá ter todo o apoio dos órgãos públicos, devido a sua relevância não só ao Paraná, mas também a toda à região sul e parte do sudeste brasileiro.

REQUERIMENTO Nº 2187

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Segurança Pública, Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando a implantação de um IML (Instituto Médico Legal) em Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Manoel Messias dos Santos, da Câmara Municipal de Cianorte/PR.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Cianorte, sede de região administrativa do médio noroeste, que congrega os municípios de Jussara, São Tomé, Terra Boa, Japurá, Indianópolis, Rondon, Guaporema, Cidade Gaúcha, São Manoel do Paraná, Tuneiras do Oeste e Tapejara, necessita de uma unidade do IML para evitar o deslocamento em busca dos serviços do médico legista até a cidade de Campo Mourão, distante cerca de 80 quilômetros.

REQUERIMENTO Nº 2195

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM envio de pedido de informações ao Presidente da COPEL Rubens Ghilardi, indagando se procedem as informações de que a COPEL estima investir inicialmente 300 milhões de reais para tornar-se majoritária em cerca de 12 PCHs e Pequenas

Centrais Térmicas aumentando em 2.121 MW sua capacidade instalada, em sendo positiva a resposta a esta indagação o que explicaria investimentos da ordem, de 1 bilhão de reais da Usina de Mauá no Rio Tibagi para a produção de 361 MW. Em resumo, o que parece é que nesta usina referida investe-se três vezes mais para produzir seis vezes menos em relação às PCHs.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA
TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 2196

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná solicitando informações a respeito dos Projetos de Lei nºs 325 e 326/08:

1) Estatizadas as serventias, estas passam a integrar a estrutura estatal e, portanto, suas receitas e despesas serão permanentes.

- Em razão desta constatação, por que as suas receitas e despesas não integram o orçamento geral do Poder Judiciário do Paraná?

- Qual a previsão orçamentária de 2009 para o Fundo que está sendo criado? Identificar detalhadamente as receitas estimadas e as despesas previstas.

2) Há previsão de ingresso de recursos de outras esferas governamentais para o Fundo que está sendo criado?

3) Com a estatização das serventias é mudada a forma de cobrança de custas judiciais pois estas passam a ser receitas públicas, assim como as despesas serão públicas.

- Haverá modificação no regime de custas judiciais?

- Haverá alteração nos valores das custas judiciais?

- Quais medidas serão adotadas para ampliar o acesso dos mais pobres ao Poder Judiciário do Paraná?

4) Sobre a Taxa Judiciária:

- Valor total arrecadado com a Taxa Judiciária nos últimos 12 meses.

- Para quais atividades de pesquisa tecnológica foram destinados os 2% do FUNREJUS nos últimos 12 meses;

- De que forma foram utilizados os recursos do FUPEN nos últimos 12 meses;

- Quais ações deixarão de ser realizadas pelo FUPEN em razão da supressão dos recursos.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

As informações supra fazem-se necessárias para que se analise a conveniência e oportunidade da mudança proposta.

As informações foram solicitadas na CCJ e até o presente momento não foram formalmente encaminhadas para Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO Nº 2192

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 21 de agosto (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 2201

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-á deste Plenário na Sessão do dia 20 do mês corrente, por motivo de reunião na condição de Presidente da Comissão de Saúde junto ao Colégio Brasileiro de Cirurgias.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) DUÍLIO GENARI

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica criada a Frente Parlamentar de Incentivo ao Turismo no Estado do Paraná.

§ 1º A Frente Parlamentar de Incentivo ao Turismo no Estado do Paraná, terá caráter suprapartidário e congregará Parlamentares desta Casa cujo interesse comum seja apresentar caminhos para o desenvolvimento do turismo no estado do Paraná.

§ 2º A Frente Parlamentar de que trata o *caput* do artigo 1º servirá como fortalecimento dos programas de turismo do estado do Paraná, sejam eles da iniciativa pública ou privada, podendo ser integrada por pessoas especializadas, independente de crenças religiosas, filiações ideológicas e ligações político-partidárias.

Art. 2º A Constituição da Frente Parlamentar de Incentivo ao Turismo no Estado do Paraná, se dará pelo sistema de representação proporcional dos partidos ou blocos Parlamentares constituídos nesta Casa, cf. artigo 27 do Regimento Interno.

Art. 3º A Frente Parlamentar de Incentivo ao Turismo no Estado do Paraná, poderá constituir através de ato do seu Presidente, Comitês de Assessoramento Técnico, tantos quantos forem necessários, ao seu bom funcionamento.

Art. 4º As reuniões da Frente Parlamentar de Incentivo ao Turismo no Estado do Paraná poderão ser realizadas em qualquer cidade do território do estado do Paraná, conforme seja necessário, sendo abertas para serem assistidas por qualquer cidadão.

Art. 5º A Frente Parlamentar de Incentivo ao Turismo no Estado do Paraná, será regida por um estatuto próprio, registrado em Cartório de Registro Civil e Títulos e Documentos, respeitadas as exigências do Regimento Interno desta Casa, Código de Processo Civil Brasileiro e das Constituições Estadual e Federal.

Art. 6º Fica vedado qualquer tipo de remuneração aos seus membros, diretores e/ou colaboradores.

Art. 7º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O Paraná é um dos estados que tem grande número de parques nacionais, destacando-se o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional do Superagui Foz do Iguaçu com cerca de 250 quedas-d'água e 75 metros de altura, é conhecida internacionalmente. Hoje, está sendo votada para vir a ser considerada uma das sete maravilhas atuais da natureza. A Garganta do Diabo, é uma das atrações do maior conjunto de cataratas do mundo.

Outro ponto de interesse turístico é o Parque Estadual de Vila Velha, em Ponta Grossa, onde as rochas esculpidas pelos ventos e pelas águas parecem ruínas de uma grande cidade. Ainda em Ponta Grossa pode-se visitar o Buraco do Padre, a Capela de Santa Bárbara (construída pelos Jesuítas) e a Cachoeira da Mariquinha.

Em Maringá existe a Catedral de Maringá (Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Glória), segundo monumento mais alto da América do Sul e décimo do mundo.

As praias de Matinhos, Caiobá, Guaratuba, Pontal do Paraná e Praia de Leste são as mais freqüentadas do Paraná. São procuradas por turistas não só no verão, mas também no inverno, quando parte da população vai para o litoral fugindo do frio do planalto.

Curitiba tem pontos turísticos interessantes que merecem ser visitados: o Relógio das Flores, montado em um grande canteiro; o bairro de Santa Felicidade, onde se encontram vários restaurantes com comidas típicas de diferentes países; a Boca Maldita, na avenida Luiz Xavier, a “menor do mundo”, pois tem apenas um quarteirão, onde os políticos se reúnem no final da tarde para conversar sobre os principais assuntos do dia e trocar informações; as feiras de arte e artesanato aos sábados e domingos, além de parques e bosques.

Paranaguá, a primeira cidade fundada no estado, em 1648, guarda em suas igrejas de estilo barroco alguma coisa da história da época. Pode-se ir de litorina da capital até Paranaguá numa viagem interessante. A Estrada de Ferro Curitiba/Paranaguá corta a Serra do Mar através de túneis e viadutos, atravessando precipícios a todo instante. A beleza da paisagem, formada pela mata quase que virgem e por diversas quedas-d'água e valorizada pelos abismos. De lancha, pela baía de Paranaguá, pode-se alcançar a Ilha do Mel, onde a história e a natureza se misturam.

Na cidade da Lapa, São Benedito é festejado no dia 13 de maio com a congada (danças dos negros congos, de origem africana, onde os descendentes de escravos falam, recitam, cantam e dançam).

E danças populares são: o curitibano com os pares fazendo roda; o quebra-mana, uma mistura de valsa e sapateado; o nhô chico, dança ao som da viola, são características do litoral.

Ponta Grossa com a Münchem Fest; Londrina com o Festival de Música, o Festival do Folclore, a Feira do Comércio e Indústria e a Feira dos Móveis.

O Parque Estadual de Vila Velha, em Ponta Grossa, com 969 metros de altura, com suas rochas esculpidas artisticamente pela natureza, ao longo de 350 milhões de anos.

O Expresso de Luxo, um trem especial com dois vagões de luxo, que visa levar turistas de Curitiba para o interior do estado, rumo oeste. Um dos vagões está inteiramente decorado com obras do pintor Debret.

O turismo ecológico, o turismo religioso, o setor hoteleiro, os esportes radicais, tudo isso precisa ser discutido, em função do entendimento de ser o turismo a grande forma de aumentar o emprego e a renda em nosso estado.

Enfim, com tudo isso, o Paraná precisa ser discutido, e, o Parlamento precisa se envolver nessa discussão, pois o turismo a ser tratado pelas Secretarias do Estado e dos Municípios, mas, precisa também de peso político e passará a contar com o envolvimento do Poder Legislativo, com a realização de Audiências Públicas, seminários, etc., com o objetivo de reunir representantes dos setores do turismo como ADVB - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing; ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis; CNTUR - Confederação Nacional do Turismo; com suas afiliadas no Paraná; Associação Paranaense de Turismo; Secretaria de Estado do Turismo, Secretarias Municipais de Turismo e todos os setores interessados no assunto.

Por isso, pedimos o apoio total dos Srs. e Sras. Parlamentares para a aprovação do presente projeto de resolução.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº360 /08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Dia do Rio Paranapanema, a ser comemorado anualmente, no dia 27 de agosto.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

O rio Paranapanema tem a extensão total de 929 quilômetros, une os estados do Paraná e de São Paulo entre saltos e cachoeiras.

Não apenas por conta da importância histórica do rio Paranapanema - que esconde ruínas arqueológicas bem conservadas da exploração do ouro no início do século XVIII e posteriormente ruínas de missões de jesuítas da Coroa espanhola, dentre outras belezas naturais e pertencentes ao patrimônio cultural brasileiro - mas também devido ao fato de o entorno do rio Paranapanema sofrer as consequências do desmatamento que atingiu todo o interior paulista e o norte do Paraná, é que se torna fundamental a sua proteção.

A comemoração do Dia do Rio Paranapanema é uma forma de se voltar as atenções para os cuidados de que ele necessita, o que já se consolidou no estado de São Paulo, com a promulgação da Lei nº 10488, de 29/12/99.

Assim, para viabilizar a comemoração conjunta do Dia do Rio Paranapanema entre os estados do Paraná e São Paulo, salientando ainda mais a proteção que a ele deve ser dispensada, peço o apoio ao presente projeto de lei por parte dos nobres Pares desta Casa Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 361/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os servidores públicos estaduais sujeitos às seguintes penalidades administrativas na prática de assédio moral, nas dependências da Administração Pública Estadual:

I - Curso de reciclagem e aprimoramento profissional

II - Suspensão

III - Multa

IV - Exoneração

§ 1º Para fins do disposto nesta lei considera-se assédio moral todo tipo de ação, gesto ou palavra que atinja, pela repetição, a auto-estima e a segurança de um indivíduo, fazendo-o duvidar de si e de sua competência, implicando em dano ao ambiente de trabalho, à evolução da carreira profissional ou à estabilidade do vínculo empregatício do funcionário, tais como: marcar tarefas com prazos impossíveis; passar alguém de uma área de responsabilidade para funções triviais; tomar crédito de idéias de outros; ignorar ou excluir um funcionário só se dirigindo a ele através de terceiros; sonegar informações de forma insistente; espalhar rumores maliciosos; criticar com persistência; subestimar esforços.

§ 2º A multa de que trata o inciso III deste artigo terá um valor mínimo de 50% do salário mínimo nacional, tendo como limite máximo a metade dos rendimentos do servidor.

Art. 2º Os procedimentos administrativos do disposto no artigo anterior serão iniciados por provocação da parte ofendida ou pela autoridade que tiver conhecimento da infração funcional.

Parágrafo Único. Fica assegurado ao servidor o direito de ampla defesa das acusações que lhe forem imputadas, sob pena de nulidade.

Art. 3º As penalidades a serem aplicadas serão decididas em processo administrativo, de forma progressiva, considerada a reincidência e a gravidade da ação.

§ 1º As penas de curso de aprimoramento profissional, suspensão e multa deverão ser objeto de notificação por escrito ao servidor infrator;

§ 2º A pena de suspensão poderá, quando houver conveniência para o serviço, ser convertida em multa, sendo o funcionário, nesse caso, obrigado a permanecer no exercício da função.

Art. 4º A receita proveniente das multas deverá ser investida integralmente a programa de aprimoramento profissional do servidor naquela unidade administrativa.

Art. 5º Esta lei será regulamentada pelo Executivo Estadual no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução orçamentária da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que o mundo do trabalho vem mudando constantemente nos últimos anos. Novas formas de administração, reengenharia, reorganização administrativa, entre outras, são palavras que aos poucos tornaram-se frequentes em nosso meio. No entanto, pouco se fala sobre as formas de relação no trabalho. O problema do assédio moral (ou tirania nas relações do trabalho, como é chamado nos Estados Unidos) atinge milhares de trabalhadores no mundo inteiro. Pesquisa pioneira da Organização Mundial do Trabalho, realizada em 1996, constatou que pelo menos 12 milhões de europeus sofrem desse drama. Problema quase clandestino e de difícil diagnóstico, é bem verdade, mas ainda assim, se não enfrentado pode levar a debilidade da saúde de milhares de trabalhadores, prejudicando o rendimento da Administração Pública.

A psicóloga francesa Marie-France Hirigon, autora de estudo sobre o assunto, acredita que a punição ao assédio moral ajudaria combater o problema, pois imporá um limite ao indivíduo perverso.

Em nossa cultura competitiva, onde todos procuram vencer a qualquer custo, urge adotarmos limites legais que preservem a integridade física e mental dos

indivíduos, sob pena de perpetuarmos essa guerra invisível nas relações de trabalho. E para combatermos de frente o problema do assédio moral nas relações de trabalho, faz-se necessário tirarmos essa discussão dos consultórios de psicólogos e tratá-los no universo do trabalho.

Para que as relações de trabalho nos órgãos e equipamentos do estado do Paraná sejam melhoradas é que propomos esse projeto.

O princípio constitucional da eficiência (CF artigo 37) ficará assegurada na medida em que o servidor for respeitado e tiver suas iniciativas valorizadas.

Com o objetivo de dar maior visibilidade à tese de que existe o assédio moral no serviço público reproduzimos aqui uma tabela que explicita a forma como homens e mulheres respondem à provocação de seus chefes, provocações essas denominadas de assédio moral.

A tabulação a seguir apresentada é resultado de pesquisa realizada pela Dra. Margarida Barreto, médico do trabalho e pesquisadora da Universidade Católica de São Paulo.

Sintomas	Mulheres %	Homens %
Crises de choro	100	-
Dores generalizadas	80	80
Palpitações, tremores	80	40
Sentimento de inutilidade	72	40
Insônia ou sonolência excessiva	69.6	63.6
Depressão	60	70
Diminuição da libido	60	15
Sede de vingança	50	100
Aumento da pressão arterial	40	51.6
Dor de cabeça	40	33.2
Distúrbios digestivos	40	15
Tonturas	22.3	3.2
Idéia de suicídio	16.2	100
Falta de apetite	13.6	2.1
Falta de ar	10	30
Passa a beber	5	63
Tentativa de suicídio	-	18.3

O projeto em análise é de grande alcance social e esse tem sido o entendimento de vários setores da sociedade, inclusive da Administração Pública Estadual.

O problema do assédio moral atinge milhares de trabalhadores no mundo inteiro. Pesquisa pioneira da

Organização Mundial do Trabalho, realizada em 1996, constatou que pelo menos 12 milhões de europeus sofrem desse drama. Problema quase clandestino e de difícil diagnóstico, é bem verdade, mas ainda assim senão enfrentado pode levar a debilidade da saúde de milhares de trabalhadores, prejudicando o rendimento da Administração Pública.

Projeto anteriormente apresentado foi transformado em indicação e até o presente momento o Chefe do Executivo não encaminhou projeto de lei a este Legislativo Estadual.

Diversas decisões judiciais têm condenado empregadores e gestores públicos a pagar pesadas indenizações pela prática do assédio moral.

É com a finalidade de adotar medidas preventivas que se propõe a presente proposição.

É nesse sentido que esperamos seja o projeto aprovado mediante ampla discussão no Legislativo Estadual e com a sociedade em geral.

PROJETO DE LEI Nº 362/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ALO - Associação Largo da Ordem, com sede e foro no município de Curitiba - estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20/08/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A ALO - Associação Largo da Ordem, CNPJ/CEI 03007016/0001-14, fundada no dia 21/12/98, com sede à rua Mateus Leme nº 12, no bairro São Francisco, e foro na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, é uma associação civil de assistência social, de caráter educativo, cultural e filantrópico, sem fins lucrativos, que tem por finalidade desenvolver ações de assistência social, promoção da cultura e conservação do patrimônio histórico, defesa e preservação do meio ambiente, realização de cursos profissionalizantes, inclusão social da criança, do adolescente e dos portadores de necessidades especiais no contexto social, bem como promover palestras de orientação para familiares de baixa renda que procuram a organização.

Várias são as atividades desenvolvidas pela Associação visando a valorização do patrimônio cultural do Setor Histórico, com ações sociais e de qualidade às pessoas, destacando-se as parcerias com as organizações CAS - Centro de Apoio ao Surdo e o INPAR 28 de JUNHO em projetos de direitos humanos.

Entre os projetos realizados citamos: projeto em parceria com o Conselho Comunitário de Segurança para a instalação do posto da Polícia Militar que permaneceu

na sede da Associação até setembro de 2006; projeto de melhoria da iluminação da Galeria Júlio Moreira; projeto de padronização das mesas externas dos restaurantes e da instalação do sistema de segurança monitorado por câmeras do Setor Histórico através da Guarda Municipal.

Em relação a formação de adolescentes, jovens cidadãos maiores de 18 anos e a inclusão dos portadores de necessidades especiais no contexto social são realizados projetos de capacitação profissional, avaliação de desempenho e a inserção no mercado de trabalho. A parceria com a Escola Inf Work Cursos Profissionalizantes oferece cursos básico de informática e gestão administrativa, porém novos recursos possibilitarão expandir e ampliar o atendimento na área de informática, inclusive a inclusão de LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais e de robótica pedagógica para crianças.

Face o exposto e testemunhas que somos do importante trabalho e das atividades desenvolvidas pela ALO - Associação Largo da Ordem, bem como analisando toda a documentação da entidade que encontra-se dentro do solicitado pela legislação que rege a matéria, coloco à apreciação do plenário este projeto, solicitando apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao primeiro orador do Pequeno Expediente, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só gostaria de fazer, rapidamente, antes de iniciar, Deputado Cheida, um comentário a respeito do projeto que o senhor apresentou aqui nesta Casa, e num primeiro momento havia um parecer contrário, e ontem, procurando na CCJ que foi feito um recurso tempestivo, V. Exa. fez um recurso tempestivo a esse projeto, que é o projeto que proíbe o uso de amianto no estado do Paraná.

Nós solicitamos hoje à ABREA - Associação Brasileira dos Expostos a Amianto, há um site, inclusive, da ABREA, acabei de falar com a pessoa que é responsável justamente por encaminhar as informações a respeito das pessoas que hoje estão fazendo esta solicitação no Brasil inteiro, e eu gostaria que nós, falei com o Deputado Caíto também, que pudéssemos, a partir da terça-feira que vem, solicitei vistas ao seu projeto, houve, inclusive, a anuência da sua parte, mas que pudéssemos fazer um debate, e após esse processo espero que seja aprovado na CCJ o seu projeto. Após a aprovação, poderemos fazer uma Audiência Pública. Eu não havia tido a oportunidade, até porque estamos iniciando a Sessão, de conversar com V. Exa., mas o faço agora publicamente, acho que hoje o que temos é uma proibição nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, do uso de

amianto, e uma proibição em boa parte dos países da Europa, também do uso de amianto.

Amianto, para quem não sabe, é aquele produto utilizado também em telhas, em caixas d'água, em diversos produtos, mas que tem, cada vez mais, uma contestação pública por causar câncer, e além de causar câncer, causar todos os problemas respiratórios decorrentes da ação da poeira produzida pela exposição ao amianto.

Então, só gostaria de ter comunicado a V. Exa. que na terça-feira que vem estaremos talvez devolvendo já as vistas ao processo, mas solicito aos Srs. Deputados, Deputado Elio Rusch que é o Líder da Oposição, e os Deputados que fazem parte da CCJ, que possamos ter o parecer que foi dado contrário, derrubado na CCJ, para que aí sim, após aprovado na CCJ, possamos fazer o debate a respeito do uso do amianto, um debate aqui na Assembléia, com audiências públicas, chamando as pessoas que, de fato, são diretamente atingidas e são pessoas interessadas no debate.

Então, creio que os Deputados, hoje, o Deputado Rossoni faz parte da CCJ, outros Deputados da Oposição, Deputado Reni Pereira também faz parte da CCJ, e poderemos, numa conversa com o Líder do Governo, talvez termos um outro encaminhamento àquele projeto.

Então, Deputado Cheida, fiquei de comunicá-lo no dia de ontem, não foi possível, e estou fazendo agora. Agradeço, inclusive, a sua atenção pronta já para que pudéssemos fazer isso.

Mas o que me trouxe aqui, Srs. Deputados, Sr. Presidente, gostaria de entregar as notas taquigráficas da minha intervenção de ontem ao Deputado Curi, que neste momento não está presente, porque houve uma preocupação, ontem quando eu falei aqui das desocupações de áreas que são feitas, e muitas vezes são feitas de forma que ninguém acompanha, ou seja, nem o Ministério Público, nem o Ouvidor do INCRA e nenhum Deputado, Deputada, Vereador, algumas coisas acontecem e que temos, por obrigação, que relatar aqui, Deputado Douglas Fabrício.

Ontem eu havia dito que a dona da fazenda havia feito a queima do paiol onde estava o milho, e acho que todos ouviram isso, mas parece que sempre tem alguém que ouve mais do que aquilo que é para ser ouvido e, rapidamente, ligaram para o Secretário da Segurança Pública, para o Coronel, e o Secretário da Segurança Pública ligou para o Deputado Curi, preocupado, o Coronel ligou preocupado, que tínhamos afirmado que a Polícia estava queimando os bens.

Ora, eu posso ser tudo, menos estúpido. E acho que é uma estupidez de algumas pessoas, não sei exatamente por qual razão, correm e fazem aquilo que, no jargão chamamos de fofoca, mas que para mim não passa de um papel extremamente ruim de quem, por não ter outro método, correm para tentar agradar algumas pessoas, fazendo com que elas acreditem que está se fazendo aqui nesta Casa um movimento contrário à Polícia Militar, contrário ao Coronel. Uma bobagem sem tamanho que

acho desnecessário fazer, mas fiz questão de trazer as notas taquigráficas. Talvez a pessoa que tenha feito isso ou falado isso, da outra vez lembre que, por mais bobagens que possa falar, existem as notas taquigráficas aí. Não retiro absolutamente a afirmação, continuo achando uma barbaridade termos 300, 400 policiais e uma única pessoa, por ser dona da área, queima os pertences dos sem-terra e a Polícia diz que não tem como intervir. Tem sim, tem sim, porque antes mesmo dessas pessoas saírem, todas elas, acredito que não poderia entrar ninguém na área. Tanto é que depois que a Deputada Luciana e eu intervimos, depois que outros Deputados também assim o fizeram, tivemos novamente a retomada do processo, com as pessoas podendo retirar os seus poucos pertences e o processo caminhando como entendemos ser a forma melhor, civilizada e pacífica.

Acho que esse registro era necessário, oportuno, até para que possamos nos lembrar que, felizmente, com a TV Assembléia e com as notas taquigráficas, as "Marias fofoqueiras", com todo respeito às Marias, mas por ser um termo bastante popular, têm que morder a língua.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente esclarecido, Deputado Tadeu. Com a palavra o segundo orador inscrito, Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Sr. Deputado Dr. Batista, Deputado Jonas Guimarães que presidem os trabalhos da Assembléia nesta tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa aqui presente.

Ontem discutimos e aprovamos o projeto que dá uma melhoria nas condições de trabalho e salário dos professores do estado do Paraná. Foi um avanço. Nós apoiamos, votamos a favor e continuamos cobrando. Acho que o Governo deve valorizar ainda mais a Educação.

Tivemos ontem também, e está na pauta de hoje a questão dos policiais militares, infelizmente não foi aprovado do jeito que gostaríamos, ou que os próprios policiais militares gostariam, porque eles sugeriram algumas emendas, mas a Bancada do Governo derrubou as emendas e com isso o projeto ficou da forma que o Governo queria e não da forma que os Soldados queriam.

Pois bem, hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agora, 14h52 de uma quarta-feira, lá em Brasília, no Supremo Tribunal Federal, os Ministros estão reunidos discutindo sobre um assunto que envolve muita gente na Administração Pública, Prefeitos, Governadores, Deputados, Vereadores, Senadores, enfim a Administração Pública, isso aqueles que são eleitos pela população. Também envolve outros que não são eleitos pela população, como Secretários Municipais, Secretários Estaduais, assessores que às vezes são apenas nomeados pela

Administração Pública. Estou falando do nepotismo. Deputado Cheida, V. Exa. que é médico, hoje no Supremo Tribunal Federal vai se decidir definitivamente se é legal ou não a história de contratação de parentes.

Vou dar um exemplo: eu me elejo Prefeito de uma determinada cidade e, para administrar a cidade, contrato vários parentes, meio parentes, e isso vamos ter a decisão do STF é legal. Espero que a Justiça proíba isso, porque na minha modesta forma de entender, não é correto um administrador público se aproveitar, porque chegou no poder, de nomear muitos parentes. Às vezes é até compreensível nomear um, dois, mas tem gente que exagera demais. Tem gente que diz: “Os parentes ajudam muito”. Ajudam! Mas se nepotismo fosse resolver o problema do Brasil, o Maranhão seria o estado mais bem desenvolvido do país, que tem esse exemplo lá e não é o estado mais desenvolvido.

Estava fazendo um estudo científico pela Universidade Federal que demonstra que no Paraná há, em cada rede de relações familiares que detêm o poder e a riqueza, há quase 300 anos. Essas redes de privilégios mútuos asseguram o poder nas mais diversas conjunturas políticas. Isso é um estudo da Universidade Federal do Paraná.

Nosso trabalho, enquanto Deputado, é lutar contra essa prática do nepotismo, do exagero de governantes que chegam ao poder e colocam seus parentes em vários cargos. Conheço Prefeitura no Paraná que tem irmão, cunhada, enfim, um exagero, parece até que é a casa do Prefeito! É como aquela história de família que se reúne nos domingos para fazer um almoço, e aí vem o sobrinho, o tio, todo mundo. Tem situações que a administração é desse jeito.

Tem Prefeituras, Governos também que a reunião da família dá para fazer num dia de segunda-feira, não precisa nem ser na hora do almoço, pode ser no gabinete, porque é muito parente.

Ouvindo a população, a população é contra esse tipo de atitude. Claro que a população até entende uma pessoa nomeada, duas, mas têm gente que exagera demais!

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

Por isso que se vai fazer uma pesquisa, para saber se a população aprova ou não, gosta ou não de política. Mais de 80% não gostam dos políticos. Tenho conversado com alguns candidatos a Vereador e aqueles que saem para pedir voto dizem que tem gente que não quer nem saber de candidato a Vereador, não querem nem ver político. E por que isso, sendo que a política é uma ciência do bem, sendo que temos que valorizar os bons políticos, temos que nos preocupar em colocar boas pessoas para administrar as cidades do Paraná e do Brasil, boas pessoas na Câmara de Vereadores, boas pessoas nas Assembleias Legislativas e assim até na Presidência da República?

Temos que reverter isso, e vejo que as grandes decisões que envolvem a ética, a moralidade e a impessoalidade estão chegando na Justiça e é o Supremo Tribunal Federal quem vai decidir, assim como foi a questão da troca de partidos. Os políticos vão se desmoralizando, porque se elegem por um partido e quando tomam posse, às vezes nem estão mais naquele partido e depois que tomam posse, duas ou três semanas depois, já estavam em outro partido, geralmente da base de apoio de quem está no poder. Geralmente! E isso desqualifica, esse tipo de atitude enoja a política e aí chega a época de campanha, ouvi dizer até que o povo está desligando na hora de ouvir os programas eleitorais de rádio e televisão. Sei lá que palavra usar para falar disso! Que coisa chata! E por que isso? Porque os próprios políticos, ao longo da sua trajetória, fazem com que isso aconteça.

Mas, é bom ressaltarmos que existem bons políticos, existem pessoas sérias, pessoas que se esforçam para defender a boa política e o interesse maior, que é interesse da população, das melhorias de qualidade de vida da população. E novamente chegamos a um assunto que é a Justiça quem vai decidir: pode ou não pode a prática do nepotismo? Nós do PPS já lutamos contra isso e mesmo dentro do partido já é difícil. Lutamos, porque às vezes as pessoas se elegem com um compromisso e quando chegam no poder, esquecem do compromisso e começam a nomear parentes, começam a se aproveitar do dinheiro público.

Então, hoje estou muito esperançoso com essa decisão do Supremo Tribunal Federal. Espero que eles decidam, como prevê o artigo 37 da Constituição Federal, que proíbe, no nosso entender, essa prática, porque lá se fala da questão dos princípios da impessoalidade e da eficiência. Tenho certeza que se isso acontecer, primeiro quem vai somar o ponto positivo será a Justiça e, de novo, quem perderá o ponto serão os políticos, principalmente aqueles que se aproveitam dessa prática, que é nociva à administração pública.

Como eu disse, na história da mudança de partido a Justiça fez uma interpretação da lei e disse que o mandato não é da pessoa que se elege, mas que o mandato é do partido político ao qual essa pessoa pertence. Se a pessoa deixar o partido, naturalmente ela estará deixando também o mandato.

Então, essa interpretação vale de agora em diante, sendo que tem alguns Vereadores que já estão perdendo o mandato. Até acho que, de repente, deveria ser colocado um prazo, mas o prazo foi colocado pela Justiça lá atrás e vários Vereadores do Brasil já perderam o mandato. Daqui para frente, quem se eleger Prefeito ou Vereador, não vai poder fazer mais isso, trocar de partido. Se foi eleito pela Oposição, cumpra o seu papel na Oposição, que é a coerência, porque a população precisa dos dois, Deputado Luiz Carlos, precisa da Situação e precisa da Oposição. Quem faz Situação, quem apóia o projeto do Governo, seja ele municipal, estadual ou federal, vai estar apoiando aqueles projetos, discutindo, etc. Quem não

apóia, quem faz Oposição, exige e cobra mais. Pode até ter que trabalhar mais, mas exige do Governo, seja ele qual for, que cumpra com o seu papel, faz realmente a fiscalização. E assim, com essa decisão da Justiça não deixando mais o troca-troca partidário, moraliza a política, resgata a boa política.

Hoje, o Deputado Reinhold Stephanes Júnior, que é filho do Ministro, para estar aqui disputou eleição, não foi o Ministro que nomeou o senhor para vir aqui, o senhor disputou eleição. É assim que tem que ser para ocupar cargo, tem que disputar eleição, ou fazendo concurso público, quem é parente de alguém que está no poder.

Então, hoje, se essa decisão for favorável à população, na minha modesta forma de entender, a política vai, mais uma vez, ganhar um ponto positivo, e que os políticos vão ter que se adequar àquilo que se prevê na Constituição Federal, que é a ética, o respeito ao povo, é a coerência. Então, estou muito esperançoso, e torço que realmente a decisão do STF, que vai ser logo mais informada, seja, como diz aqui na Gazeta do Povo de hoje: "Supremo Tribunal Federal decide hoje se nepotismo terá um basta em todo o país". Temos essa expectativa. Nada contra ninguém, não. Somos a favor das coisas corretas, e no meu entender quem exagera na Administração Pública, nomeando muitos parentes, não está sendo correto.

É isso, Sr. Presidente.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Às vezes a matemática é um pouco estranha, ou a minha aritmética aqui não consegue acompanhar. Eu me refiro a uma informação que o Enercons, que é um jornal que trata de energia elétrica, principalmente no nosso país, passa a todos nós com o título de que a COPEL projeta investimentos de 300 milhões em PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas. E esta matéria atribui ao Presidente da COPEL, nosso companheiro, amigo Rubens Ghilardi, que a COPEL quer investir inicialmente R\$ 300 milhões em 10 a 12 Pequenas Centrais Hidrelétricas, Deputado Jonas, e isso terá o impacto de produzir, até o ano de 2009, cerca de 2 mil, 121 megawatts de energia, ou seja, 12 PCHs produzirão 2 mil e 100 megawatts.

E aí eu tive a curiosidade de dar uma olhada no empreendimento que a COPEL também realiza junto com um grupo privado, que é a chamada usina de Mauá, aqui no rio Tibagi. E o que me causou impressão é que aquele investimento vai produzir, na verdade, 361 megawatts, ou seja, sete vezes menos as 12 PCHs, entretanto ele custará R\$ 1 bilhão, para ser mais específico R\$ 1 bilhão e 100.

Causará impactos ambientais ainda não calculados, porque o estudo de impacto ambiental, o EIA-RIMA, está inclusive sendo questionado na Justiça, impactos ambientais, impactos sociais, impactando inclusive a água que Londrina capta lá em cima, mais de 100 quilômetros da barragem rio abaixo. E isso me causou estranheza. Por quê? Porque estamos falando de um investimento que vai custar aproximadamente três vezes mais para produzir seis vezes menos. Que matemática maluca é essa?

E resolvi trazer para apreciação dos Srs. Deputados, porque não há dúvida nenhuma que estamos diante de uma desinformação, ou diante de uma situação extremamente perigosa.

A COPEL está dizendo, segundo esta notícia, que está gastando de seis a sete vezes mais para produzir três vezes menos. E com um agravante de que a energia fica no estado do Paraná. O impacto ambiental praticamente não existe, porque uma central hidrelétrica é feita para dar energia para uma determinada indústria e não para vender.

Diante disso, estou encaminhando um pedido de informações. Peço ao Deputado Tadeu Veneri, que sempre tem advogado junto conosco esta questão do Tibagi, que assine conosco. Peço, Presidente Nelson Justus, que nos ajude a encaminhar três projetos de lei que estão na CCJ, que procuram o tombamento dos rios Tibagi, Iraí e Piquiri. Esse projeto não permitirá que o rio Tibagi tenha uma hidrelétrica. Esse projeto, que já dei entrada há meses, está parado na CCJ. Pediria ao Deputado Durval Amaral que pudesse fazer andar esse projeto. Ao Presidente Nelson Justus evoco o seu amor à rapidez e à presença para que possamos caminhar esse projeto.

No mínimo é questionável essa notícia. Volto a repetir, a COPEL está dizendo que produzirá pelas PCHs, 12 delas, cerca de 2 mil e 100 megawatts por R\$ 300 milhões. Enquanto investirá R\$ 1 bilhão e 100 mil para produzir tão-somente sete vezes menos energia, ou seja, 361 megawatts.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deveria ter feito um registro ontem, mas a Sessão estava numa temperatura alta e deixamos para hoje.

Queremos lamentar que, com tanta seleção para o Brasil perder na Olimpíada, fomos perder logo, e de maneira humilhante, para a Argentina, por 3x0, acabando com o sonho da medalha de ouro. O duro é agüentar o Maradona falando que nunca viu um time tão mesquinho como a Seleção Brasileira de Futebol.

É uma pena! Fica imaginando quantos milhões de reais o Governo investiu preparando os atletas. Viagens, ajuda de custo. Algumas 1.000 pessoas que viajaram por conta do dinheiro público, por conta do dinheiro do povo brasileiro, para competir ou para acompanhar atletas e, de repente, o Brasil é esse fiasco terrível nas Olimpíadas, sendo eliminado pelo nosso maior rival que é a Argentina.

Nobre Presidente Nelson Justus, a imprensa traz, hoje, a confirmação de uma notícia de que está muito fácil para quem quiser mudar de sexo no Brasil. Atenção, assumidos! Atenção, enrustidos! Bom, aqui na Casa acho que não deve ter ninguém enrustido, mas quem tiver vontade de mudar de sexo está fácil, Presidente, e mudar de sexo por conta do dinheiro do povo, por conta do SUS. Ficamos até indagando: mas será possível pegar aquele que nasceu homem, fazer uma mudança com cirurgia e, lá na frente, ver esse mesmo ex-homem com uma criança na barriga, engravidar? É evidente que a ciência, até hoje, ainda não conseguiu esse milagre. Há pouco tempo, apareceu uma estória com “e” americana, mas, na verdade, a pessoa tinha nascido mulher mesmo e vieram com aquela lenda, com aquela lorota de que era um homem que tinha engravidado, mas não tinha nada de homem, tinha nascido mulher. Mudança ou não de sexo, sendo ou não correto, na verdade, quem quiser mudança de sexo com dinheiro do povo pode procurar o SUS.

Falando em SUS, essa mesma Previdência Social, o INSS deveria ter mais funcionários para atender os previdenciários, os contribuintes, porque a Previdência Social não é esmola para o trabalhador. O patrão e o empregado pagam, o autônomo também para a Previdência Social, mas quando precisa de cirurgia, de internação, de tratamento, de aposentadoria ou de pensão, ah, que burocracia! Que dificuldade! Quantos espinhos! Quanto empurra-empurra! Pede documento daqui, documento dali e, muitas vezes, o empregado não tem todos os documentos, porque seu ex-patrão que, muitas vezes, já até morreu ou a empresa quebrou, fechou, não existe mais, lá para trás, aquele patrão de então não pagava a Previdência do seu empregado e, na velhice, quando esse empregado está indo em busca da aposentadoria, quantos que voltam para casa sem poder ter a concessão do benefício por culpa do mau patrão e por culpa da Previdência Social que não fiscalizou o mau patrão.

Hoje, temos mais uma crítica para fazer à Previdência Social, e aqui do Paraná. Nobre Presidente Nelson Justus, V. Exa. é um modelo de empresário e, conseqüentemente, nenhum empregado de V. Exa. tem esse problema e jamais vai ter, porque V. Exa. é responsável e é humano.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem mais um minuto e passa a usar o horário do Partido Progressista.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O SR. ANTONIO BELINATI

Então, vejam bem o que está acontecendo aqui no Paraná. O trabalhador ou a trabalhadora fica doente, sofre um acidente, é encostado pela Previdência Social. Num passado, encontrávamos até pessoas que aproveitavam alguma doença, iam gemer na frente do médico: “Ai, doutor, não agüento de dor!”, para poder se encostar pela Previdência, porque o coitado não arranjava emprego. Quantas pessoas faziam isso! Não venham dizer que não faziam, porque faziam por extrema necessidade. Certo ou errado? Errado, lógico!

O nosso trabalhador, o nosso povo, os homens brasileiros, as mulheres brasileiras, depois de uma certa idade, seja jornalista, vemos até o próprio pessoal do comitê de imprensa aqui, já trabalhei na imprensa, há 46 anos eu era garoto e trabalhava em jornal, rádio, TV, mas não tenho dúvida, o próprio jornalista que hoje está aqui, se não cuidar com sua Previdência Social, quando o cabelo começar a embranquecer, muitos jornais, muitas rádios, muitos canais de televisão não vão dar emprego a eles, Mas, não é só para os jornalistas, evidentemente, quando se visita as lojas dos shoppings é uma coisa quase que impossível de se encontrar em uma Dudony, em uma Casas Bahia, em uma Ponto Frio, em uma Magazine Luiza, em uma Riachuelo, em uma Pernambucana, um balconista que tenha 50 anos de idade, porque tudo é garotada nova. Lógico, que os jovens também são merecedores do emprego, mas no Brasil, nobre Presidente, Deputado Nelson Justus, aqui é proibido ficar velho. Se você ficar velho e não tiver uma boa Previdência Social, você vai carregar muita pedra, vai ter muito problema na vida, porque vai encontrar as portas fechadas.

A maioria dos empresários, a maioria dos lojistas, quer gente nova para atender os seus clientes. É uma política errada, eu já encontrei nos Estados Unidos uma vendedora de departamentos e eu perguntei: quanto tempo a senhora trabalha aqui? Ela disse: “Olha, esta semana estou completando 65 anos de idade e estou há 35 anos aqui, vou me aposentar, 35 anos nesta loja”. Em quantas empresas no Brasil vamos encontrar um balconista ou uma balconista que está ali há 30 anos atendendo os clientes? É a coisa mais rara. À medida que vai ficando velho, vai mandando embora, só que na visão do mau empresário a velhice é 40, 45, 50 anos.

Mas, independente das portas que se fecham para quem já tem um pouco mais de idade, o que queremos hoje é fazer uma crítica contundente à Previdência Social do Paraná que não está respeitando a Justiça. A Previdência Social do Paraná, de maneira afrontosa, desrespeitosa, de maneira desumana, não está cumprindo com a determinação proferida pela Justiça no Brasil que determina que todo o trabalhador, toda a trabalhadora, que se vê encostado na Previdência Social, a Previdência Social não pode - em hipótese alguma, de acordo com liminar

do Poder Judiciário - não pode dar alta para esse doente para esse trabalhador, para essa trabalhadora, sem que seja feita uma segunda perícia e, que venha constatar que esse trabalhador ou essa trabalhadora já não precisa mais ficar encostado recebendo o benefício da Previdência Social. Se a nova perícia constatar que há a necessidade de prorrogar por mais tempo o afastamento, a Previdência Social tem que cumprir, tem que manter o trabalhador ou a trabalhadora encostado.

Mas, aqui a Previdência está alegando que não sabe como cumprir a determinação da Justiça, mentira. Será que ali é todo mundo ignorante? Será que não tem advogado que atende o comando da Previdência Social? Esse é o papo mais furado, mais cretino, de alegar que não sabe como cumprir a determinação. Não tem que saber, tem que cumprir, não tem outro caminho, não tem meio-termo, não tem meia palavra.

Então, Presidente, estamos fazendo essa denúncia contra o mau comportamento de todo o comando da Previdência Social do Paraná, comando que está desrespeitando, afrontando, entrando em choque com a decisão da Justiça. Quem está se prejudicando? É o trabalhador. Para vocês entenderem, vou explicar mais uma vez, o trabalhador passou por perícia e foi constatado que sofreu um acidente, está doente, que ele tem que ser afastado do trabalho, vai ficar recebendo da Previdência Social. Quando vence esse prazo da perícia, sem que seja feita uma segunda perícia para verificar se o trabalhador ou a trabalhadora está mesmo doente, se ainda não curou do ferimento, do acidente, ou da própria enfermidade, esse trabalhador, essa trabalhadora tem que continuar recebendo os benefícios da Previdência Social.

É lamentável que em um país desse, a Previdência Social, aqui no nosso estado - na nossa cara, na cara da imprensa e das autoridades, no próprio Poder Judiciário - arrota e intitula de maneira arrogante, se coloca em uma posição superior, até em suas decisões sublimes.

Portanto, se os altos comandos da Previdência Social do Paraná não sabem como cumprir uma determinação, uma decisão do Poder Judiciário, mostra que ali tem gente totalmente despreparada, para os altos cargos que ocupam em um setor tão importante do Governo Federal.

O nosso pronunciamento em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras doentes, enfermos e acidentados é para que eles possam continuar recebendo esse benefício, até que uma nova perícia seja feita. Se for feita uma perícia e constatar para ficar afastado, como decidiu a Justiça, enquanto não houver uma segunda perícia para ver se cabe ou não a alta programada, que é o novo programa da Previdência, que a Previdência Social continue socorrendo financeiramente os previdenciários.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna, hoje, é uma questão que toca profundamente os paranaenses, a safra de 2008 e 209, que começa a ser plantada agora nos meses de setembro, outubro até novembro.

Em se fazendo um comparativo do custo de produção da soja, do milho e de outros produtos que são plantados no estado do Paraná traz um alerta e uma preocupação Deputado Elio Rusch, com relação ao custo de produção.

Vou relatar alguns números, dados, que trazem a realidade da agricultura no Brasil no dia de hoje. Na safra 2007 e 2008 no estado do Paraná - pego como referência a região dos Campos Gerais de Ponta Grossa - trouxe um custo de produção em um hectare de soja de R\$ 1 mil e 300. Esse ano para plantarmos novamente a soja naquela região, o custo de produção aumentou para R\$ 1 mil e 800. Um aumento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de 72%. O milho também naquela região teve no ano passado, na safra de 2007 e 2008, um custo de R\$ 1 mil e 700 por hectare. Este ano, esta safra que vamos plantar, como falei a partir de setembro, teve o seu custo elevado para em torno de R\$ 2 mil e 200 por hectare. Uma diferença e um aumento de 77%.

Esta é a realidade no dia de hoje no Brasil. Por quê? Porque a verdade é uma, tivemos nos últimos meses nesse ano de 2008, em especial, uma elevação no custo dos fertilizantes no Brasil. Também nos defensivos agrícolas tivemos uma elevação significativa. O óleo diesel, que no Brasil hoje tem um custo elevado também. Esses três ingredientes no custo de produção tiveram em determinados casos, como os fertilizantes, um aumento de mais de 100%. Alguns defensivos agrícolas tiveram o seu preço elevado nessa casa dos 100% também.

Vimos através da grande mídia nos últimos meses no Brasil, uma divulgação ampla, até mesmo pelos Governos, mostrando que no campo o resultado financeiro está sendo muito bom. Na última safra se conseguiu negociar e comercializar o produto com um preço razoável no mercado. Mas, teve um resultado essa safra 2007/2008 porque o custo de produção dela não tinha recebido esses aumentos elevados em torno de 100% que os insumos tiveram. Isso deu um resultado financeiro para a agricultura nesse ano de 2008.

Mas, estamos partindo para uma nova safra e esta vai apresentar um resultado em determinados casos, negativo ao agricultor. E isso, naturalmente, vai trazer um resultado no decorrer dessa safra e na colheita dela, que vai acontecer em abril, maio do ano que vem, um resultado que não será favorável. E assim trazendo um prejuízo ao campo e quando o campo tem um prejuízo reflete nas cidades, porque o produtor quando tem uma renda, quando tem um resultado positivo ele vai às compras. Vai trocar o seu trator, a sua colheitadeira, vai renovar até mesmo o seu veículo. Enfim, vai ao mercado como um todo, poder investir, melhorar a sua infra-estrutura a consumir como um cidadão comum e normal.

E para o próximo ano, digo a todos vocês, teremos sérios problemas e tenho certeza que no decorrer dos meses, vamos ver os números sendo apresentados pela grande imprensa e a gritaria do campo novamente, porque o custo de produção subiu e estamos vendo a grande imprensa mostrando que o preço dos alimentos vem diminuindo, que é bom para o consumidor. E com esses custos elevados vão refletir diretamente no bolso do agricultor e da agricultura do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

Deputado Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

É normal, Sr. Presidente, ouvirmos da imprensa especialmente que não temos projetos importantes para serem votados. Normal. Normal também, aprovarmos projetos aqui, como é o caso do projeto que eu e o Deputado Anibelli apresentamos, que proíbe a cobrança de estacionamento em shopping center e em supermercados e não valer no Paraná. Mas, ali no vizinho estado de Santa Catarina tem uma lei colocada em qualquer shopping, no lado onde está alguém que cuida do estacionamento, para ler. A nossa não prosperou. Houve aqui um pedido de liminar, etc. e tal.

Uma outra solicitada por pessoas que mandaram e-mails a todos os Deputados. Fizemos o projeto proibindo mensagens nos telefones celulares, a não ser que seja autorizado pelo consumidor. Não somos obrigados a receber promoções da TIM ou de qualquer empresa sorteando carro, vendendo show. Também não prosperou.

Mas, vim aqui Sr. Presidente, para falar de um projeto de lei de um colega nosso. Geralmente defendemos os nossos. Quero defender um projeto apresentado pelo Deputado Cheida. Deputado que apresentou um projeto de extrema relevância. O projeto do Deputado Cheida proíbe no estado do Paraná o uso e fabricação de produtos e materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amiantos ou de asbestos. Significa que pessoas estão correndo risco de vida porque é um produto cancerígeno comprovadamente. A União Européia banuiu esse produto em 2005. Mais de 40 países proibiram. E o projeto do Deputado Cheida recebeu parecer contrário da CCJ. Ele recorreu, mas quero fazer um apelo: o Supremo Tribunal Federal numa votação inédita em junho, decidiu pela constitucionalidade de uma lei do estado de São Paulo que proíbe o uso de amianto nos mesmos termos do Deputado Cheida.

Então, não é inconstitucional. Vamos trazer para o Plenário. Vamos debater esta questão. Vamos votar esta questão. Acho que isso é importante. Todas as pessoas que utilizam caixa-d'água, por exemplo, comprovadamente se

têm estudos científicos que dizem que quando se contém este material, ele é altamente cancerígeno. E nós, não podemos imaginar que um projeto bem contextualizado, como fez o Deputado Cheida, muito bem argumentado, feito na sua defesa, não possa vir para o Plenário para que possamos debater aqui este projeto, debater amplamente este projeto e votar, quem sabe, fazer como fez o Rio Grande do Sul que já aprovou esta lei ou o Mato Grosso que foi o primeiro estado.

Então, não há razão para não votarmos o projeto do Deputado Cheida. Estou recebendo, Deputado Nelson, várias manifestações, me pediram para que fizesse esta lei, fui pesquisar, li sobre o assunto, recentemente saiu uma matéria na revista Exame sobre isso, os Estados Unidos proibiram terminantemente, não há um só material que tenha amianto na sua composição e nós aqui estamos por conta dessa questão ainda sem fazer a votação no nosso estado.

Então, vim, Deputado Cheida, para defender o seu projeto, porque muitas vezes dizem que aqui não se tem projeto - tem projetos importantes sim. Basta que se dê a celeridade necessária e que dê a verdadeira discussão que o projeto merece e eu acho que a discussão desse projeto de V. Exa. merece, sem dúvida nenhuma, a atenção desta Casa e por isso vim fazer a defesa do seu projeto devidamente aqui respaldado pelo Supremo Tribunal Federal. Então, não é inconstitucional. Não é inconstitucional. Podemos aqui votar a matéria no Plenário. Não precisa ter Parecer contrário da CCJ. Pode sem dúvida nenhuma, votarmos aqui esta matéria, aliás, debatermos amplamente esta matéria. E a Audiência Pública, Deputado Cheida, que seja feita no plenário desta Casa para que todos os Deputados possam participar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, meu amigo, Dr. Batista, nosso Capitão Guimarães, Deputadas e Deputados.

Gostaria de abordar dois temas hoje. Um que eu considero muito importante é a decisão que o Supremo, está tomando hoje a respeito do nepotismo, que já foi abordado aqui hoje também pelo Deputado Douglas Fabrício. Como o Congresso nem as Assembléias ou as Câmaras, de maneira geral, legislaram sobre esse assunto, eu acho até que é errado, acaba o Supremo interpretando a lei, mas na realidade acaba legislando, mas vem legislar, na minha opinião, eu espero, de acordo com o que nós pensamos. Há muitas pessoas que são parentes, que são competentes, que são honestas, que são preparadas, mas de modo geral, eu considero que você acaba contratando parentes por afinidade. Nas

Prefeituras, Tribunais, Poder Legislativo, Executivo, onde for, e isso, às vezes, vai prejudicar pessoas muito preparadas, mas de modo geral não é o caso.

Então, por isso eu defendo que realmente seja modificado isso, proibido, apesar de que eu sei que há muitas pessoas boas e preparadas. Eu até nesta Casa assinei uma lei proibindo. Acabou não vindo a Plenário. Por quê? Porque tinha uma emenda para não valer para os atuais governantes, porque não é nada pessoal contra ninguém. Eu queria que valesse para os próximos Prefeitos, para os próximos Governadores, não tem nada pessoal contra ninguém, é uma questão de filosofia.

Eu acho que é bom para o Brasil isso porque moraliza, apesar de que eu sei que há muitas pessoas boas e que são parentes e vão ser prejudicadas, mas a regra é que não funcionava dessa forma.

Também gostaria de abordar um tema que eu acompanhei o Deputado Tadeu Veneri levantando ontem aqui. O Deputado Tadeu Veneri abordou a questão de Foz do Jordão, uma área que a Justiça deu reintegração de posse aos proprietários e que o Executivo, o Governador cumpriu a decisão e reiteraram as pessoas dessas áreas, não era só uma fazenda, mas eram várias fazendas ali. Eu o escutei dizer que o pessoal, infelizmente foi prejudicado, foi maltratado na saída.

Eu gostaria primeiro de abordar o assunto sob o ponto de vista humano: realmente é deplorável que pessoas vivam desta forma, mas considero que a culpa desse assunto é do MST que utiliza pessoas que precisam de ajuda, que estão em necessidade como massa de manobra. Os seus líderes pegam pessoas humildes e simples e colocam para invadir uma área, isso é um absurdo, é um crime, esse pessoal devia ser preso!

Temos que gerar empregos, gerar renda, nós temos que tratar da Saúde e Educação dessas pessoas, mas não mandar invadir uma área como se a Reforma Agrária solucionasse alguma coisa! Isso foi a 100, 200 anos atrás e não hoje em dia, hoje em dia você não consegue fazer isso, hoje tem que ter vocação, tem que ter maquinário, tecnologia. A Reforma Agrária, se dá hoje apoiando o filho do agricultor que se muda para Rondônia, para o Mato Grosso, para a Bahia porque aqui não tem condições de prosperar.

E o pior, este pessoal do MST que invadiu diversas áreas, o Deputado Artagão conhece a região melhor do que eu, matou gado que tinha lá, estragaram as plantações, depredaram a casa, roubaram maquinário, havia caminhões na propriedade e depois estavam sendo usados a 100, 200 quilômetros do local, colhedeiros, tratores. E depois eu escuto um Deputado do PT dizer: “Não, foi tudo certo.” Não foi tudo certo, esse pessoal do MST é bandido, tinham que ir para cadeia esses vagabundos! Falo dos líderes que usam pessoas humildes que precisam de ajuda como massa de manobra, isso não pode mais!

Concedo o aparte ao Deputado Artagão.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Veja, Sr. Presidente, na verdade quero abordar esse tema também porque acompanhei de perto este processo. Ontem me espantei com a manifestação feita pelo Deputado Tadeu Veneri, consultei imediatamente meus parceiros, meus companheiros Vereadores, inclusive os proprietários das propriedades invadidas e a Polícia Militar de Guarapuava e o batalhão que procedeu a reintegração.

Não houve, não houve abuso em tempo nenhum, pelo contrário, o procedimento foi feito dentro da norma, dentro do padrão. Todas as famílias foram retiradas das propriedades de maneira pacífica e ordeira, não houve queima de qualquer tipo de material de propriedade daquelas famílias que durante este período lá estiveram! Agora a reintegração é um dever do estado uma vez determinado pelo Poder Judiciário, em alguns desses casos até demorou para acontecer. Existiam originalmente duas fazendas que se subdividiram em cinco, estas cinco estavam invadidas, Deputado Stephanes, como V. Exa. bem sabe com cerca de sete, oito ou nove famílias em cada uma dessas propriedades.

Eu não sou contra a Reforma Agrária, Sr. Presidente, inclusive fui um dos principais responsáveis pelo assentamento na ex-fazenda da Fiat Lux que fica na mesma cidade de Reserva do Iguaçu, onde lá existem hoje 148 famílias assentadas. Mas por quê? Porque não houve invasão naquela propriedade em momento algum. Por mais de dois anos, mais de 100 famílias ficaram acampadas ao lado da propriedade buscando no INCRA, buscando apoio Parlamentar para que o assentamento pudesse ser feito. E hoje lá existe. Neste caso, infelizmente, se houve abuso, houve no momento de invasão. Esse caminhão que V. Exa. cita Deputado, foi localizado em Laranjeiras do Sul sendo utilizado por pessoas estranhas e que não são funcionários da propriedade e, por lá foi apreendido pela Polícia Militar.

As propriedades sede da fazenda totalmente depredada. As famílias que lá moravam, uma mãe separada com seu filho, foi tocada de sua casa, pediu permissão para levar as suas peças e roupa, inclusive, de uso pessoal, não permitiram. E quando ela saía com a sua bolsa, a chamaram de volta. Isso eu escutei dela: “Volte aqui que isso a senhora pode levar”. Pegaram o cesto do banheiro com coisa suja dentro e jogaram na bolsa da proprietária. Isso não é abuso! Isso é permitido! Não! “O direito de um vai até onde inicia o do outro.” O direito de propriedade é alienável.

Agora a Reforma Agrária é um movimento e um trabalho que deve ser feito pelo Poder Público. Desde que respeitada a Legislação. O movimento teve e tem o seu espaço, alguns agora estão distorcendo o Movimento. Alguns estão se escondendo atrás do Movimento, para fazer coisas que não deve. E nessa Casa de Leis nós não podemos permitir.

Por isso, fui averiguar ontem um pronunciamento do Deputado Tadeu Veneri perguntei a ele, levantei todas as informações e posso afirmar que não houve queima de material escolar, que não houve queima de roupa daqueles que lá estavam sentados. Mas, houve sim depredação da propriedade. Houve venda da produção que lá existia na propriedade; houve sim jogar areia no motor dos equipamentos da fazenda para estragar o motor e comprometer a produção; houve sim utilização indevida das viaturas, dos equipamentos que lá existiam; houve sim, a expulsão das famílias, dos proprietários que lá viviam e que tiveram que ficar alguns por um mês, outros por seis meses, outros por dois anos morando na casa de terceiro de favor.

Temos que colocar aqui aquilo que é certo. Não podemos levantar situações indevidas como ontem foi levantada. Pressionando inclusive ação da Polícia que cumpriu o seu papel naquele momento, respeitando todas as determinações legais, os encaminhamentos e os levantamentos feitos. Acho que não podemos manchar a imagem que tanto são cobrados, para que desenvolvam os seus trabalhos e quando fazem sejam aqui pressionados de forma indevida.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Muito obrigado Deputado. Faço minha as suas palavras.

O Sr. Plauto Miró (DEM) (Aparte)

Deputado um pronunciamento claro trazendo à luz do dia um relato que o Deputado Artagão aqui faz, é mais um capítulo da história do Movimento Sem Terra dentro do estado do Paraná e do Brasil.

O que nós vemos de concreto são ações de determinadas lideranças que usam aquela massa de manobra que são pessoas que têm um sonho de um dia voltar a terra. Só que elas são usadas como uma massa de manobra para que esse movimento faça uma ação política também e o resultado de tudo isso é o confronto. Se a pessoa que tem uma propriedade produz, está cumprindo vive dela e está cumprindo a sua propriedade com a função social. Tem através do Movimento uma ação, que acaba invadindo a sua propriedade da forma como o Deputado aqui falou é natural que as pessoas aqui fiquem indignadas como neste momento aqui, dentro do plenário da Assembleia Legislativa. O direito de propriedade é garantido é nós temos que cumprir aquilo que a Legislação, que a Constituição diz.

Então, aqui não quero me somar ao seu pronunciamento e deixar aqui uma posição clara e contrária a tudo isso que esse movimento vem fazendo no Brasil, porque ele não está mais atrás da terra no momento em que invade usina de álcool, no momento em que pára trens e ferrovias, no momento em que saqueia supermercados e outras tantas ações que eles fazem. É contra tudo isso somos e apoiamos o seu pronunciamento, contrário a essa barbaridade que acontece no Brasil em nome da justiça

social, em nome de um movimento social que na verdade nada disso acontece sim interesse de poucos, sendo muitas vezes interesses financeiros e políticos também.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Muito obrigado, Deputado Plauto!

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Deputado Stephanes Júnior, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento claro, lúcido, transmitido com muita clareza e sem parcialidade. O que temos que fazer como Parlamentares?

Defender a nossa lei, porque acima dos governantes e acima do homem existe a lei e ninguém pode se pôr acima da lei. Conheço o Movimento do MST. Tive o prazer ou - poderia dizer - o desprazer de presidir a CPI da Reforma Agrária aqui na Assembleia Legislativa, presidi uma Comissão Especial de Invasões das Fazendas no Oeste do Paraná e o que nós constatamos que o MST está fazendo com essas fazendas invadidas - que eles não chamam de invasão, mas sim de ocupação - disse com muita propriedade também o Deputado Artagão, que o direito de um termina onde começa o direito do próximo e acima de tudo eu disse que existe a lei e é constitucional o direito à propriedade. V. Exa., como eu, todos nós somos a favor da Reforma Agrária, mas dentro da lei, dentro da legalidade. Agora, quando o Governo cumpre uma reintegração de posse e os policiais vão desocupar a área que pertence de direito e de fato a alguém, aí sim vem o MST e vêm os seus defensores aqui na Assembleia Legislativa dizer que houve abuso.

Agora, pergunto para essas pessoas e para a sociedade do Paraná: qual é o maior abuso que existe, que é a maior violência que existe: É a invasão da propriedade.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Eles fazem cárcere privado dos proprietários e funcionários, destroem as coisas. É um absurdo!

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Quer dizer, isso não é violência, não é abuso! Isso é um movimento social direito, legítimo e constituído!

Parabéns a V. Exa. pelo seu pronunciamento e espero que daqui para frente nós da Assembleia Legislativa, possamos efetivamente defender e transmitir para os paranaenses aquilo que está acontecendo. Parabéns a V. Exa.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Muito obrigado!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sinceramente, Sr. Presidente, vim com outro motivo a esta tribuna, depois o Deputado Tadeu irá falar, mas ouvi a Direita mais reacionária e ignorante se manifestar desta tribuna. E o mais triste é saber que o Governo e o partido a quem dei a minha vida, agasalha gente desse tipo nos seus quadros, porque tratar de vagabundo, de bandido pessoas simples do povo...! Quem conhece um pouco da realidade cruel deste país, da história da terra, como se construíram as grandes propriedades do Brasil historicamente, com o êxodo de milhões de homens expropriados e o Paraná perdeu 1 milhão de 200 mil famílias na década de 70 e 80 e por quê? Porque não tinham vocação agrícola? E por isso saíram da terra?

A modernização autoritária da lavoura, um país que não há nenhum no mundo que tenha uma propriedade tão concentrada como o Brasil e que 2% dos grandes proprietários são donos de mais da metade do território brasileiro.

A terra é um meio de produção que não se reproduz, é limitado, não é como uma casa, uma fábrica, uma máquina, tem limites territoriais. Todos os movimentos de transformação do mundo tencionam a legalidade. Tirantes não foi contra a lei vigente na época, não é o marco da independência. Qualquer movimento de mudança no mundo tenciona a lei. Agora, o que a elite brasileira esperava? Que todos os brasileiros miseráveis e pobres se conformassem, baixassem a cabeça e não fizessem nada para a sua sobrevivência? É isso que eles querem, o melhor dos mundos. Os mais de 30% de miseráveis neste país têm que ficar quietos porque quando se levanta, são sem-vergonha, são bandidos, são vagabundos. E daí todo o aparato ideológico se revela da crueldade da Direita que fez este país, responsável principal pela tragédia brasileira.

Eu sinto vergonha de agasalar no Governo um partido que eu ajudei a criar, quadros ignorantes desse tipo, que não conhece nada da realidade, não conhece o Brasil e nem a história brasileira, não conhece nem dados estatísticos do Brasil e concentração da terra.

Mas não foi por este motivo que eu subi nesta tribuna. Não queria me exaltar, mas é muito duro, dá até ânsia ouvir um pronunciamento como o Deputado Stephanes Júnior fez. Sinto vergonha de estar num Parlamento em que um Parlamentar fala desse tipo, tratando pessoas pobres que nada têm, a não ser um pedaço de chão, que lutam para viver. Depois Deputado Tadeu Veneri vai falar sobre a questão.

Mas queria usar esse momento de alegria para o movimento docente do Paraná, a aprovação do nosso projeto, do nosso Governo do Estado, da carreira docente, que é uma reivindicação muito antiga do movimento docente das instituições de ensino superior. Então, fui hoje receber a visita de alguns sindicatos docentes, e mais

particularmente a Presidente do sindicato de Londrina, da UEL. Ela pediu que eu pudesse dar um espaço no Grande Expediente, falei com o Presidente Nelson Justus para que ela pudesse fazer um pronunciamento sobre o significado que tem esse projeto que aprovamos ontem, hoje aprovaremos, sem dúvida nenhuma, em 2ª e 3ª Discussão.

Então, tenho o maior prazer em passar a palavra para a professora Inês Almeida, que é Presidente do Sindicato dos Docentes da Universidade de Londrina.

Sra. Inês Almeida - Presidente do Sindicato dos Docentes da UEL

A SRA. INÊS ALMEIDA

Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes.

Como representante dos professores das Universidades de Londrina, Maringá, Cascavel, Guarapuava, Ponta Grossa, e as demais faculdades do estado do Paraná, temos hoje na Casa o Projeto nº 342/08, que é um projeto que significa para nós a construção de um processo de trabalho de anos em que nós, as entidades sindicais, percorremos aqui a Casa, percorremos os municípios, entramos em contato com vocês, os Deputados nos seus municípios, conversamos muito com a sociedade, e temos hoje, na verdade, a construção de uma parte do processo. Para nós esse projeto, na verdade, significa que temos hoje um adicional nos nossos salários, que contribui muito para que as nossas perdas salariais não signifiquem nas nossas universidades a perda da qualidade do ensino, a perda da qualidade da extensão e das nossas pesquisas no estado do Paraná. Esse processo também, de trabalho, foi fruto de muita conversa, porque temos hoje uma realidade importante no estado, em que os professores das universidades do estado, foi ao longo dos anos, 1987 a 2008 acumulando perdas salariais. Cada professor, hoje, pode somar que perdeu de seu salário, aproximadamente, 29 salários. Portanto, ele deixou de ganhar quase três anos de trabalho, por conta desse processo, que é a inflação que vai corroendo os nossos salários. Temos perdas salariais que nos deixam com salários abaixo dos salários que os professores das federais ganham.

Queremos contribuir nesse processo de trabalho e construir esse processo com os Srs. Deputados e resolver a questão das perdas salariais.

Não foram só os professores que perderam os seus salários, foram as universidades que perderam grandes professores, que saíram por questões salariais, ao longo desse processo histórico. Foi a qualidade das universidades, a qualidade dos laboratórios. Deixamos de ter grandes projetos de pesquisa, projetos que poderiam nos levar ao 1º lugar enquanto qualidade de ensino no país.

Hoje, nós professores das universidades e faculdades do estado, somos classificados pelo MEC como o segundo melhor ensino do país em relação à qualidade.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Quero parabenizá-la pela sua luta, junto com seus colegas, pelas universidades.

O nosso partido, liderado pelo Deputado Duílio Genari, a Deputada Cida Borghetti, o Deputado Ney Leprevost e eu, daremos todo apoio. E, esperamos que o Governador e a Secretária de Ciência e Tecnologia tenham sensibilidade para acolher essas reivindicações que vocês estão pleiteando por, mérito, justiça, essa reposição e esse atendimento para as universidades.

Parabéns por essa maratona!

Muito obrigado.

A SRA. INÊS ALMEIDA

Muito obrigada, Deputado! Foi uma maratona intensa, anos de trabalho. Mesmo com todas essas questões que abordei aqui, temos esse reconhecimento, que é muito importante. Temos também o auxílio dos Deputados nesse processo.

Nós, da Comunidade Científica do estado agradecemos também a sociedade, a cada um dos Srs. Deputados, pois temos hoje o nosso trabalho avaliado e reconhecido nacionalmente.

Mas queremos chegar com uma Comunidade Científica colocada e classificada como a primeira em relação à quantidade de ensino. Queremos continuar o trabalho com a Comissão de Educação, na pessoa do Deputado Péricles de Mello, continuar o trabalho com o Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, com a Deputada Cida Borghetti, com cada um de vocês. Cada Deputado contribuiu nos seus municípios e nos auxiliaram na construção do processo. Chegar onde chegamos foi muito difícil.

Queremos agradecer a todos! Queremos também contar com essa contribuição do Governo, das comissões todas que nos auxiliaram, dos Deputados que hoje e ontem, quando o projeto passou nas devidas comissões, aprovaram o projeto. Queremos continuar contando com esse auxílio, para que possamos chegar num destaque nacional, que isso vai ser um destaque para o Paraná todo.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Professora, concede um aparte?

(Assentimento)

Ouvindo a senhora falar, quero aproveitar para dizer que a Assembléia Legislativa, com certeza, irá aprovar este projeto, hoje. Ontem já foi aprovado em 1ª discussão. Não tenho dúvida que todos os Deputados irão aprovar, hoje, e tenho certeza que todos os Deputados desta Casa, não só o Douglas Fabrício que está falando agora, que é do PPS, como todos os Deputados, de todos os partidos, apóiam boas iniciativas. Essa é uma boa iniciativa. Os professores merecem. Ontem já falamos sobre o assunto e continuamos, realmente, para que tenhamos o melhor ensino do Brasil. Essa é a meta. Está certo?

Parabéns à senhora e pode contar sempre com a Assembléia Legislativa para defender os professores. Parabéns!

A SRA. INÊS ALMEIDA

Agradecemos.

Para finalizar, gostaria de contar com cada um de vocês, até com a imprensa, os funcionários da Casa que nos auxiliaram, para que possamos continuar esse trabalho. O nosso desejo, ainda, é desenvolver um grupo de trabalho. Que possamos contar com o Deputado Romanelli, com o Deputado Péricles e cada um de vocês para que possamos efetivar uma comissão no estado, para estudar as deficiências do nosso ensino, das questões de cada universidade, porque temos muitas.

Ao longo desses anos, deixamos todas as outras questões relacionadas às universidades e aos professores de lado para avançar na questão salarial. Não atingimos aquilo que queremos, atingimos um patamar, sabemos que temos mais ainda e esse é o desejo de cada professor que está nas suas universidades. Mas gostaríamos de ter o compromisso dos Deputados e das lideranças para que possamos fazer esta comissão, construir esta comissão junto com as secretarias de estado, para continuar discutindo e resolver essa questão do ensino superior no estado do Paraná.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Quero agradecer à professora Inês e a toda representação sindical docente do ensino superior do Paraná. Está aqui, também, a própria APP-Sindicato, na pessoa do Sr. Lemos.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, no horário do Grande Expediente, por 15 minutos.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, quero ressaltar que a discussão sobre temas, nesta Casa, muitas vezes, extrapola o limite do aceitável e é necessário que possamos nos tratar sempre com respeito e, mesmo nas divergências, manter a discussão num alto nível, inclusive do ponto de vista da discussão das políticas públicas e como elas devem ser tratadas, especialmente nesse episódio que envolveu a desocupação de uma área que havia sido ocupada.

Deputado Elio Rusch, o termo correto não é invasão, é ocupação, por conta que o MST é um movimento social, não é um bando de desordeiros. É um movimento social organizado, institucional, por conta da busca da reforma agrária. O MST tem uma bandeira de luta.

A Secretaria da Segurança Pública, por meio da Polícia Militar, agiu com cautela, com acompanhamento, e me disse o Secretário Luiz Fernando Delazari que, em absoluto, foi a Polícia Militar ou qualquer integrante que incendiou o paiol de milho. Esse é um tema, Deputado

Augustinho Zucchi, tenho certeza, que já está bem esclarecido, até porque todos conhecem a natureza do nosso Governo. O nosso Governo é solidário ao MST. Não seríamos nós que íamos promover violência no campo. Ao contrário, o que tentamos é buscar a paz social.

Nesta tarde, queria abordar um tema que foi ontem discutido nesta Casa e que, lamentavelmente, por conta muitas vezes dos discursos que são feitos das tribunas, sem que se possa ter deles conexão com a realidade, ou seja, aqui é livre, o Parlamento, nós todos temos imunidade parlamentar, é impossível sermos processados quando expressamos as nossas palavras, opiniões, ou quando votamos. E, olha, sinceramente, nunca vi a tribuna, especialmente a tribuna da Oposição, ser ocupada por Parlamentares que eu respeito, mas que, ou não leram, ou não gostaram do projeto que é um marco na história da Polícia Militar, especialmente que envolve os Praças da Polícia Militar. Sinceramente, cheguei à conclusão, pelos discursos que ouvi, ou não leram o projeto original, ou então leram e não gostaram. Não gostaram por que é ruim? Não, o projeto é muito bom.

Vou explicar hoje, para quem, de boa-vontade, quiser me ouvir para poder, pelo menos, estabelecer um contraditório nesta Casa, porque a grande discussão qual foi? Ah, os Soldados estão excluídos! Não, ao contrário, o projeto é justamente para incluir os policiais. Qual é o objetivo do projeto? Até as crianças de seis anos sabem! O objetivo do projeto é garantir que os Soldados de 1ª Classe, após completados 15 anos de tempo de serviço e que tiverem um comportamento ótimo, terão direito de frequentar o curso de formação especial de Cabos da Polícia Militar e poder ascender na carreira profissional. Ao mesmo tempo, cria um novo mecanismo. Qual é o mecanismo? Ele garante 50% das vagas pelo critério da antiguidade para os Cabos que desejarem fazer o curso de 3º Sargento e 50% vai ser por merecimento. Esse é o escopo do projeto, esse é o eixo estruturante.

Aí, nos procurou ontem, aqui, e há alguns dias, a Sociedade dos Subtenentes e Sargentos para dizer: “Olha, estamos excluídos do projeto”. Por que estão? Por conta da lógica de carreira militar. Ou seja, o projeto não pode querer subverter, nem esse projeto e nenhum outro projeto, a lógica do mérito que preside as ascensões dentro das carreiras. É como no ensino superior, ou seja, um professor está graduado, da graduação ele vai para a especialização, depois para o mestrado, ele vai trocando de posto, de posição da carreira de acordo com a titulação acadêmica. É a mesma coisa que ocorre no caso da Polícia Militar, ou seja, aquela discussão que houve aqui de que não haveria tratamento isonômico, que não haveria o princípio da igualdade, é absolutamente falso. Por quê? Porque o projeto, efetivamente, destinado aos Soldados de 1º Classe, agora está garantido, antigamente ele só conseguia fazer o curso de formação de Cabo depois de um concurso complicadíssimo, disputado, para quem não tinha tempo de estudar. Agora, não, ele tem o direito. Tem 15 anos de serviço, tem comportamento ótimo, ele

vai fazer na região dele, não vai ter que vir aqui no Guatupê fazer o curso especial. Tem 4 mil, 604 pessoas que, em tese, têm o direito de fazer o curso de formação de Cabos, e com isso vão ascender na carreira.

O Subtenente e o 1º Sargento, quero deixar bem claro aqui pelo seguinte: a proposta de inclusão da graduação do 1º Sargento, para fins de promoção especial por antiguidade, é inadequada e ofende acintosamente o mérito no âmbito da Polícia Militar. Ora, por quê? Porque só se ascende à condição de 1º Sargento e de Subtenente, pelo critério do merecimento, do mérito, não pela antiguidade.

Vou dar um exemplo para não achar que isso é só em relação ao Subtenente e ao 1º Sargento, Deputado Elio Rusch, por favor, preste atenção. V. Exa. sabe, a Polícia Militar tem dois quadros, o dos Praças e dos Oficiais. Muito bem, a pessoa entra como Aspirante, vira 2º Tenente, 1º Tenente e vai à carreira. Até onde consegue chegar por antiguidade e merecimento - por antiguidade só até o último posto - qual é? De Tenente e Coronel. Ninguém vira Coronel por antiguidade, é pelo mérito. A pessoa terá que ter uma carreira reta, límpida, com cursos realizados, uma pessoa que tenha se destacado ao longo da sua carreira, para poder virar Coronel. O critério, o conceito para o Subtenente é o mesmo. Ninguém chega a 1º Sargento ou a Subtenente, a não ser pelo mérito. Não dá para subverter a lógica da própria corporação em relação a essas carreiras.

O que esse projeto fez, e muito bem feito, foi justamente romper com o gargalo que impedia que os Soldados de 1ª Classe pudessem ter o direito de fazer o curso. Agora, com 15 anos, 100% têm o direito. Tem 15 anos, tem comportamento ótimo, faz o curso, na região onde ele está lotado.

Há um processo de desinformação em relação a isso. Não é possível, mas depois da emenda constitucional se fazer um critério, em que o inativo vá ganhar mais do que quem está em atividade. Não dá como você promover para a última patente, o último momento que ele vai conseguir ganhar maior salário do que quando ele estava na atividade. Quando se estabelece pela atividade o critério, para quem quer ficar depois do 26º ano, que daí feito o curso de formação de Cabo e ascendendo na carreira, ele terá o direito de receber, se ficar entre os 26 e 30 anos de serviço, 80% da diferença entre o soldo e a gratificação da patente imediatamente superior. Para quem? Para o Soldado que não se habilitou, não estudou e não se aperfeiçoou? Para ele, não! É para todos aqueles que têm o direito, optam por poder se qualificar e se preparar para serem melhores policiais, para subir na carreira policial. O projeto é para melhorar e qualificar a Polícia, para fazer com que o policial permaneça por mais tempo e incentive o estudo, o aperfeiçoamento do policial militar, do profissional de Polícia.

O projeto não é assistencialista. Não é um projeto para querer passar na cabeça das pessoas e dizer: “Agora, todo mundo vai ser Subtenente.” Não é assim.

O Subtenente vai ser pelo mérito. Não se pode romper o critério do mérito em nenhuma sociedade. Uma sociedade que se diz civilizada, rompe o mérito.

Ora, V. Exas. chegaram aqui pelo voto, pelo critério do voto, da representatividade. Outras pessoas, os que se graduam, frequentam uma instituição de ensino superior, ou fazem ensino médio, ou outras que poderão seguir outras carreiras. Sinceramente, não é assim, Pastor Praczyk. Para chegar a Pastor, certamente há um critério, com um curso de Teologia. Ninguém vira de uma coisa para outra no dia seguinte.

Estamos tratando de uma instituição que tem 154 anos de serviços prestados no estado do Paraná. Ontem, pela má informação, pela desinformação, aqui nesta Casa o que ouvimos foi uma barbaridade! Entendo que como tínhamos muitos projetos na Ordem do Dia, na pauta, os Parlamentares não tiveram tempo de ler e estudar a matéria. Vou repetir qual é o conceito: ninguém chega a Coronel se não for pelo mérito. Para os Praças, o conceito segue o mesmo. Ninguém chega a Sargento ou a Subtenente se não for pelo mérito. Não é possível. O critério é o mesmo. Dizer a V. Exas. que também a abertura das vagas está absolutamente garantida. O anexo, inclusive, demonstra, porque tomou cuidado o Governo ao elaborar mensagem, de poder fazer, de fato, um quadro único nos Praças. E o efetivo, hoje, Soldados e Cabos estão no mesmo contingente de 17 mil pessoas.

Então, não é necessário que tenha mais vagas. As vagas estão criadas por conta do nosso projeto. Então, não há restrição de vagas. E mais: em relação a um conjunto de questões, o Governo avançou, porque tem um quadro especial que garante que o Soldado possa chegar a Coronel. Hoje é possível, porque esta Casa votou um projeto de lei que teve origem no Governador. Alguns se rebelam: "Não, mas antigamente tinha menos competitividade." Tinha mesmo, hoje tem competitividade interna na corporação que aumentou, alargou a possibilidade. Mas alargou para todos, democratizou a possibilidade do acesso ao quadro de oficiais e, ao mesmo tempo, não há como promover o Subtenente a 2º Tenente se não for por mérito.

Então estamos, de fato, vivendo num período em que a desinformação acaba prevalecendo sobre a informação. Se existe um grande objetivo neste projeto é romper com aquele gargalo que impedia o Soldado de virar Cabo. Isso acabou agora, Deputado Jocelito. O senhor pode falar em Ponta Grossa para todos os Soldados de 1º Classe, que já tiverem completado 15 anos, que eles têm o direito de cursar lá em Ponta Grossa o curso de formação de Cabos. Vão ganhar maior salário, vão poder ascender na carreira. O resto é tudo desinformação, lamentavelmente.

Vejam, o conceito é o mesmo. É como os policiais quererem subverter o critério para virar Coronel. Não subverte! Não é assim que funciona! É um mecanismo que funciona não só aqui na Polícia Militar do Paraná, mas tem funcionado também por conta de toda uma legislação federal. E V. Exa. sabe: a legislação que regulamenta o

funcionamento da Polícia Militar é uma legislação nacional. Temos uma legislação específica, mas, muito pontual. Na regra geral, isso é definido por legislação federal.

Quero dizer que está de parabéns o Comando da Polícia Militar quando o Coronel que ontem, até, o vi aqui, incomodado, Deputado Elio Rusch, por ter citado o autor deste projeto. Quem foi, quem se preocupou com isso? Foi o Coronel Nemésio Xavier. Foi mesmo!

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

Por que o Coronel Nemésio Xavier? O Coronel sempre foi um Oficial da Polícia Militar que trabalhou diretamente junto com os Praças. É um homem operacional, viveu sempre no limite, nas ruas, trabalhando em favor da sociedade. E ele, não é isso, considerou que num determinado momento, o projeto pensado pelo Coronel Nemésio Xavier, tem por escopo a valorização e a motivação dos Praças da Polícia Militar. Ou seja: garantindo-lhes a ascensão na carreira mediante justa promoção em caráter especial, que é este caso que estamos tratando, pelo critério da antiguidade, considerando-se o tempo de serviço prestado em prol do estado do Paraná e da Segurança Pública paranaense. Assegurando-lhes, ainda, uma compensação remuneratória condigna. Essa sempre foi a visão do Coronel Nemésio Xavier. Por isso que foi ele que inspirou o atual Estado Maior da Polícia Militar a poder apresentar essa proposta de anteprojeto de lei ao Governador Requião, que autorizou o envio desse anteprojeto à Assembleia Legislativa. Mas, feito isso no sentimento de romper com o gargalo que é a questão que não se conseguia que os Soldados pudessem fazer o curso de formação de Cabos.

Agora, o Soldado tem direito de fazer o curso e, lamentavelmente, não há como romper o critério conceitual de fazer com que o 1º Sargento vire Subtenente, o Subtenente vire 2º Tenente, a não ser pelo critério do mérito. Não é possível fazer a transposição por antiguidade, como da mesma forma Tenente-Coronel não vira Coronel por conta da antiguidade, só pelo mérito.

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. tem a palavra.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, quero dizer a V. Exa. que tenho grande dificuldade e V. Exa. me desculpe as limitações de entendê-lo. Claro que V. Exa. está sendo convincente para muitos, mas a mim não.

Só queria ressaltar algo, que V. Exa. está falando tanto aqui em Coronel Xavier. Na história desta Casa, estou aqui há 18 anos, nunca vi um projeto de lei que trouxesse no bojo do projeto o nome da vontade de um cidadão.

Deputado Romanelli, se V. Exa. quiser fazer campanha para Vereador, faça campanha para o Coronel Xavier de outra forma, porque hoje os Soldados da Polícia Militar e aqueles que foram excluídos do projeto do Governo, V. Exa. está aqui querendo tapar o sol com a

peneira. V. Exa., se quiser fazer campanha para o Coronel Xavier, não é dessa forma. Se V. Exa. quisesse ajudar o Coronel Xavier, teria aceitado a emenda da Oposição. Aí sim estaríamos contemplando todos os militares do estado do Paraná.

Então, agradeço o aparte, mas quero dizer que V. Exa está prejudicando o Coronel Xavier, e pela primeira vez na história desta Casa vejo um projeto de lei que traz o nome de um cidadão que está afastado do seu cargo. Está bom?

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Rossoni, nunca pretendi converter V. Exa., até porque não tenho o dom de conseguir essa magia que V. Exa., intrinsecamente, é contra. V. Exa. pense o que quiser. O que interessa é o conjunto dos Deputados. O que interessa mesmo é a nossa corporação da Polícia Militar. São os Praças, os Soldados de 1ª Classe que são os beneficiados e não há desinformação que consiga superar a realidade.

Aqui, muitos devem ter pavor de ouvir falar no Líder chinês Mao Tse Tung. Ele tinha uma máxima que se aplica a este caso, que é a seguinte: a prática é o critério da verdade.

É só ver como essa lei vai ser aplicada, como as pessoas vão ser beneficiadas. E aí quero ver alguns subirem à tribuna e fazer o *mea-culpa*, pela desinformação e daqueles, claro, que não querem enxergar. Mas, eu os compreendo. É uma questão ideológica e que certamente não têm vontade política de admitir os fatores altamente positivos.

E o mérito é do Coronel Xavier mesmo. O Coronel Xavier foi um Comandante junto à tropa, independente se ele é ou não candidato. Ele tem o respeito das pessoas e nós também sempre respeitamos o Coronel Xavier. Pessoalmente, o tenho como amigo, tenho com ele o melhor relacionamento e tenho também com a Polícia Militar, tanto com os Praças quanto com os Oficiais. E vou continuar tendo, porque aqui nesta Casa, desta tribuna, sempre vou defender a nossa gloriosa Polícia Militar que, neste mês, inclusive, completou 154 anos de serviços relevantes prestados à população do Paraná.

É isso, Sr. Presidente. Agradeço pela atenção.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças: Bloco PSB/PRB/PV;
(**Declina**)

Democratas, com a palavra Deputado Elio Rusch.

Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Antes de fazer referência a dois assuntos que me trazem a esta tribuna, quero, em primeiro lugar, ser solidário com o Deputado Reinhold Stephanes Júnior.

Respeitamos a posição de todos os Parlamentares. Posição pessoal, posição ideológica, aliás, isto faz parte da democracia. Temos que respeitar, é a decisão da maioria, ainda mais se estamos no Parlamento. O que é o Parlamento? Parlar é falar, é discutir as teses, mas nunca pelo lado pessoal, nunca na agressão pessoal dos Parlamentares. E o que assistimos na Sessão de hoje, quero dizer, eu lhe conheço, Deputado Reinhold Stephanes Júnior, eu lhe conheci como Vereador, lhe conheci como Secretário de Estado, tenho o prazer de conviver com V. Exa. aqui na Assembléia Legislativa, como tenho o prazer de conviver com os 53 Parlamentares, junto comigo, que formamos o Parlamento do Paraná. Mas uma coisa tem que ficar clara: no calor das discussões, temos que respeitar as posições de cada um, como eu respeito as posições da Bancada do PT. Eu os respeito. Eles defendem a invasão e continuam defendendo os invasores. Nós defendemos o direito à propriedade e vamos continuar defendendo o direito à propriedade. Somos a favor da reforma agrária, mas contra a invasão.

Quero dizer uma coisa, para que fique registrado mais uma vez aqui na Casa. Vejam, Srs. Parlamentares, o que aconteceu em Cascavel, na Fazenda Syngenta, lamentavelmente duas pessoas perderam a vida: um segurança e um funcionário da FUNPAR, que não é do MST, que não é um sem-terra e aqui na Casa ele foi tratado como se fosse um trabalhador rural, como se fosse um integrante do MST. Pessoas em Cascavel, esse movimento social, entre aspas, lá estavam condenando o segurança pelo fato de ter tirado a vida de um trabalhador rural. Que trabalhador rural. Lamentavelmente, infelizmente, ele morreu, duas pessoas morreram, e não é só uma, duas morreram, um segurança e o outro, não é sem-terra, não. Quem morreu, quem tombou lá foi o funcionário da FUNPAR. E se dizia no Paraná, no Brasil afora e no mundo afora, como se um integrante do movimento tivesse morrido.

Ora, vamos dizer a verdade. Não queremos o confronto. Queremos paz no campo. O que o agricultor quer? Ele quer produzir, mas ele quer ter segurança na sua propriedade. Se o Governo do PT quer fazer reforma agrária, que faça, que compre as terras, as grandes áreas e coloque à disposição do Ministério da Reforma Agrária, que coloque à disposição do INCRA e façam o assentamento.

A outra questão que não posso conceber e não posso admitir, dizer que não há invasão, mas há uma ocupação. Ora, gente, invadir de madrugada, expulsar o proprietário da terra, expulsar os trabalhadores, isto não é invasão? O que é isso? Essa violência? Inúmeras fazendas no Paraná e no Brasil continuam ocupadas, continuam invadidas e os seus proprietários - e o Deputado Dobrandino conhece alguns proprietários e, sabe do dilema da Fazenda Boiko lá de Matelândia...(ininteligível)... os financiamentos vencidos, protestados, o

proprietário vivendo de favores, seu gado foi morto, vendido, sua propriedade depredada! Por que fazer isso? Vamos nos respeitar! Eu quero a reforma agrária, todos nós queremos, mas dentro da legalidade. Por que o Governo Federal não faz ou não cumpre aquilo que o Governo passado tinha? Um decreto: área invadida não será objeto de reforma agrária. Faça isso, está resolvido, compre terra e coloque à disposição da sociedade.

Hoje o MST, grande parte, é massa de manobra, sim. Confirmando essa posição e respeito quem não concorda comigo, mas dentro de uma discussão de alto nível! Vamos respeitar as posições de cada um, o direito de falar, mas também o dever de ouvir.

Concedo o aparte ao Deputado Reinhold Stephanes.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Obrigado, Deputado Elio Rusch. Na verdade, acho que é um recalque por parte do Deputado Péricles. Ninguém defende bem comum como eu defendo. Pode defender igual, porque defendo melhor renda para as pessoas, melhor saúde, educação, adoro o ser humano, estou aqui por causa disso! Meu caminho não é o dele, sem dúvida, invasão? Não sei se no código de ética do PT, seqüestro, cárcere privado, tortura, assédio moral, estão lá, mas não é o meu caminho! Considero os líderes do MST pessoas que usam quem precisa de ajuda como massa de manobra! Agora, também não sou vidente, mas vou fazer uma profecia aqui: o PT vai levar a maior surra da história dele no Paraná, Londrina, Maringá, Curitiba, Paranaguá, Foz do Iguaçu, vai ser um fiasco, porque ninguém agüenta mais este tipo de atitudes deles, a ignorância deles!

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, na verdade este foi um pronunciamento que não estava previsto para ser feito na tarde de hoje, mas diante das colocações que foram feitas, eu me vi na obrigação de fazer algumas colocações em relação a estas invasões que existem no estado do Paraná.

Antes de entrar no próximo assunto, concedo aparte ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Deputado Elio Rusch, a mesma discussão, o mesmo assunto que preocupa o Brasil. O que vemos é uma questão ideológica. Vemos Parlamentares nesta Casa, no Congresso Nacional, que concordam com a forma que o MST age, e estamos aqui pedindo para que tudo seja feito dentro da lei, a reforma agrária seja feita dentro da lei, que o direito de propriedade seja respeitado! Temos uma Constituição e todos temos que respeitá-la. Estamos defendendo essa linda, essa posição. Agora, tem uns que tentam buscar outros caminhos para defender ações ilegais que acontecem no campo no nosso território nacional.

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois assuntos quero abordar ainda no horário que nos resta: um é a questão do projeto que aprovamos, da Polícia Militar, e outro é em relação às contas do Governo do Estado em 2007.

Na semana passada, mais precisamente no dia 13, ocupamos esta tribuna e fizemos algumas considerações em relação ao parecer do Tribunal de Contas, que aprovou as contas do estado do Paraná com algumas ressalvas. Entre elas, o que é que o Tribunal diz? Que não foi cumprido o dispositivo constitucional de 12% gastos com a Saúde. O Tribunal de Contas levantou a questão da ParanaPrevidência, levantou a questão das dívidas que o Governo do Estado do Paraná tem com a SANEPAR. Volto a dizer, levantamos isso naquela vez e quero reprimir: se um cidadão, a família não tem condições de pagar a água da sua casa, a SANEPAR corta. Se a família não tem condições de pagar a conta de luz da sua casa, a COPEL corta. Pois bem! O Governo do Estado apareceu aí e o Tribunal de Contas levantou isso, está devendo para a SANEPAR R\$ 16 milhões e 300 mil. O Governo do Paraná deve para a COPEL R\$ 10 milhões e deve para a telefonia e para a transmissão de dados R\$ 24 milhões e 900 mil. Isso é o Governo do Estado. Mas para as famílias paranaenses que não pagam a água nem a luz, a COPEL e a SANEPAR, que são nossas, cortam a luz ou cortam a água. E o Governo não cumpre com a sua dívida com essas empresas estatais.

Pois bem! O que foi que aconteceu? Quando a imprensa no Paraná inteiro fez referência à aprovação das contas do Governo do Estado, com ressalvas - e aí que vem um fato muito curioso, o Chefe da Casa Civil, o Sr. Rafael Iatauro, que foi Conselheiro do Tribunal de Contas, Presidente do Tribunal de Contas e que foi companheiro de quase a totalidade, com exceção de um ou dois Conselheiros do Tribunal, ele foi companheiro e colega de turma, de colegiado, por muitos e muitos anos do Tribunal de Contas, disse no dia seguinte da aprovação, com ressalvas, o que foi que o Iatauro disse, como Chefe da Casa Civil, e quem é o Chefe da Casa Civil? É aquele que faz a coordenação política do Governo - disse que essas ressalvas, os apontamentos levantados pelo Tribunal de Contas, seriam sanados em 60 dias. Isso foi dito pelo Chefe da Casa Civil.

Agora, o curioso é que ontem pela manhã, assisti a "escolinha" do Governador, ele fez referência em relação ao Conselheiro Heinz Herwig e fez referência ao Tribunal de Contas dizendo que não existem irregularidades. Se o Chefe da Casa Civil, o Coordenador Político que é o Chefe da Casa Civil, diz que as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas serão sanadas, agora o Governador do Estado do Paraná, o seu Chefe vai à "escolinha" e diz que não existem problemas no Governo do Estado. Há um desencontro entre o Governador e o Coordenador-Chefe da Casa Civil. O que é que está havendo? Quem é que está com a razão? É o Governador do Paraná, ou é Chefe da Casa Civil?

Faço essas colocações para que nós Parlamentares e a sociedade do Paraná possamos entender como está a administração pública no estado do Paraná e como existe essa coordenação política e essa sintonia do Governo do Estado junto com a sua equipe administrativa.

Segundo assunto, diz respeito ao projeto de lei da Polícia Militar. Acredito e concordo com o Deputado Valdir Rossoni quando ele diz que o Líder do Governo tenta explicar e tenta convencer aos Parlamentares e tenta transmitir para a sociedade do Paraná do gravíssimo erro que o Governo do Estado cometeu com a Polícia Militar. O Deputado Romanelli disse claro e nós também falamos aqui. Dentro da Polícia Militar existem dois quadros, o quadro dos Oficiais e o quadro dos Praças. No quadro dos Praças existe o Soldado, Cabo, 3º Sargento, 2º, 1º, e Subtenente. E o que é a mensagem que o Governo mandou para a Assembléia? Em primeiro lugar, ela fere a própria Constituição, porque o projeto tem que ser impessoal. E o projeto que veio para a Assembléia Legislativa trouxe estampado na mensagem do Governo o nome do ex-Comandante da Polícia Militar. Então, ele personalizou esse projeto e essa lei. Por quê? Porque o outro é um candidato. Agora, se ele teve o objetivo de ajudar o seu candidato, acho que está errado. Pelo contrário, os policiais militares não foram beneficiados. Em parte, se ele atingiu, daí ele pode fazer o concurso para Cabo. E o que estávamos tratando na nossa emenda?

Ora, Srs. Parlamentares, vamos entender o que nós queríamos! A nossa emenda não tratava da promoção, não. A nossa emenda queria aquilo que o próprio Governador falou, pela valorização, motivação e até pelo conhecimento que os policiais já têm na corporação, dar para eles uma gratificação quando atingiram os 25 ou 26 anos dentro da casa. Justo e correto, mas desde que seja aplicado para todos! E o que nós queríamos?

Não queríamos que o policial fosse promovido a Cabo e nem queríamos que o 2º Sargento fosse promovido a 1º Sargento, o 1º Sargento promovido a Subtenente, o Subtenente promovido a 2º Tenente, para os Praças e Oficiais. Não! Queríamos que quem atingisse 26 anos, e quantos policiais temos na corporação da gloriosa Polícia Militar do Paraná com 25, 26 anos de casa, esses estão excluídos! Então, por que não incluí-los?

Nós queríamos que os Soldados da Polícia Militar fossem incluídos não na promoção da nossa emenda, mas pudessem optar pela gratificação do posto imediatamente superior: quem era Soldado, que pudesse ter a gratificação de Cabo e quem fosse 2º Sargento, pudesse optar pela gratificação de 1º Sargento, como está no corpo da lei, e nós queríamos que o 1º Sargento pudesse optar pelo salário dos 80% da diferença entre a graduação de 1º Sargento para Subtenente e também que o Subtenente pudesse optar entre os 80% do 2º Tenente. É isso que nós queríamos.

Então, vem o Deputado Romanelli querer dizer aqui que nós erramos, que não entendemos. Claro que entendemos! Entendemos e acho que quem não entendeu foram

exatamente os Deputados que votaram contra nossa emenda, que não estenderam o benefício para o policial, para o 1º Sargento e nem para o Subtenente. Agora, podem convencer a quem queira, mas a mim em particular e aos Deputados de Oposição, com toda certeza quem votou ontem a favor da emenda, votou consciente e sabendo que queríamos beneficiar todo o quadro, porque não foi respeitada a isonomia, como diz a Constituição, e ontem muito bem dito pelo Deputado Caíto Quintana, quando usou a tribuna não sobre este assunto, mas sobre outro.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel e, posteriormente, ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Parabéns, Deputado Elio Rusch, pelo seu pronunciamento! O senhor está corretíssimo! É preciso dizer que os policiais, na minha opinião, são os servidores mais discriminados por este Governo da atualidade. Quero saber por que os policiais não merecem o reajuste, segundo o IGPM, de mais de 10% também aos seus salários? Por que o soldo do policial é ilegal, que não alcança o salário-mínimo vigente no país? Porque o seguro de vida, que já é baixo, é considerado um dos mais defasados do Brasil, sendo que o Soldado, o policial, com o efetivo ínfimo, corre mais risco de vida, isso é notório.

Ontem, por um voto, deixamos de votar as emendas que iriam ampliar e garantir os benefícios à toda corporação dos policiais paranaenses, como Soldados, Sargentos, Subtenentes, Cabos, para todo mundo. O que aconteceu ontem, na minha opinião, foi uma discriminação, e por um voto apenas perdemos essa possibilidade. Infelizmente, os Soldados, os policiais não podem fazer reivindicações aqui nas galerias da Assembléia Legislativa, por motivos extremamente óbvios, mas nós da Bancada da Oposição vamos fazer isso sempre.

Parabéns pelo seu pronunciamento, Deputado Elio Rusch.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Elio Rusch, sempre muito inteligente, estudioso das matérias, V. Exa. recebe os cumprimentos pela análise. E evidentemente que eu também, fazendo parte da Bancada de Oposição, estou solidário com todos os policiais. É lamentável que um segmento da Polícia Militar tenha benefícios e outros segmentos vão ficar discriminados, marginalizados.

Em Londrina, o Prefeito atual está num desgaste, é a maior rejeição do Brasil, porque ele criou um Plano de Cargos e Carreiras e beneficiou apenas um segmento do funcionalismo e o restante dos servidores da Prefeitura de Londrina estão insatisfeitos, estão aborrecidos com o Prefeito. Então, que o exemplo de Londrina seja analisado aqui nesta Casa também. Não vamos ficar votando matéria para dar benefícios para determinados segmentos da Polícia Militar, deixando de fora outros.

Todos são fiéis cumpridores de suas obrigações e merecem todo o apoio desta Casa.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço aos dois Deputados que pediram aparte. Com toda certeza enriqueceram ainda mais o nosso pronunciamento. E dizer que estamos muito tranquilos, só esperamos que o Governo do Estado corrija mais rapidamente essa injustiça que se fez com o policial militar do Paraná e que possa mandar uma nova mensagem aqui para a Assembléia e enquadrar o soldo com as gratificações tudo num salário só.

Agradeço, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PT. Com a palavra Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, não iria fazer uso do Horário da Liderança, até porque o Líder da nossa Bancada, Deputado Péricles, já se manifestou a respeito de algumas coisas que eu iria falar. Mas o Deputado Péricles gentilmente cedeu o horário e eu queria fazer algumas considerações, até para estabelecermos o debate aqui sobre algumas situações que ouvimos no dia de hoje. Mas antes disso, quero só passar uma informação ao Plenário que, me parece, estará até o final do dia confirmada na sua amplitude.

Todos sabem aqui que o STJ julgava hoje dois pedidos: um do CNJ, julgava no mérito se o CNJ, de fato, poderia proibir o nepotismo dentro do espaço do Judiciário; e outro uma ação que o Ministério Público do Rio Grande do Norte entrou contra uma cidade, me parece que Água Nova, por entender, que aquela cidade tenha recorrido, dizendo que o julgamento da proibição do nepotismo não se estendia aos Poderes Executivo e Legislativo. E o STF julgou há pouco, por unanimidade, aprovando a resolução que proíbe o nepotismo no Judiciário. Está agora fazendo, certamente isso será notícia nos jornais hoje à noite, está fazendo agora o julgamento dessa outra situação, que é o questionamento feito pelo Ministério Público contestando a decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, que não entendeu que havia como se aplicar a resolução para os Poderes Legislativo e Executivo de Água Nova, e que se entender o STF que esse é um processo auto-aplicável e ditar uma súmula, automaticamente fica proibido no Brasil inteiro, em todos os Poderes. Mas acho que esse é um tema, Sr. Presidente Augustinho Zucchi, que vamos debater na segunda-feira.

Gostaria aqui de fazer, Deputado Péricles, algumas considerações a respeito das posições que foram aqui já externadas tanto pelo Deputado Stephanes Júnior como também pelo Deputado Artagão. Primeiro, não quero

entrar em questões que acho que não são próprias do debate e que são subjetivas, porque alguns adjetivos que foram colocados aqui não me parecem corretos para um Parlamento. As pessoas que convivem não têm por hábito criar adjetivos para qualificar aqueles com as quais não concordam.

O que queremos debater é o tema da reforma agrária. É necessário, oportuno, e precisa ser debatido com uma amplitude maior, que não se resume a dizer se esse ou aquele tem razão. A verdade é que a reforma agrária acontece pouco, e o pouco que acontece, acontece por conta do MST. Se não houvesse MST não haveria reforma agrária.

Gostaria de lembrar ao Deputado Stephanes Júnior, sem entrar no mérito das questões colocadas aqui pelo Deputado Artagão, que vamos verificar e vamos trazer aqui também, há outras coisas que temos que discutir quando falamos de reforma agrária. Por exemplo: a questão dos posseiros na década de 50, na região sudoeste. Talvez não seja do conhecimento desse Deputado. Aliás, foi motivo, inclusive, de homenagem no Congresso Nacional, até pelo Deputado Álvaro Dias, que me parece que não é um defensor do MST. Porque aquela área, haviam sido colocados títulos de posse pelo Governo Lupion, vendidas terras para aqueles que não eram donos e que chegavam na propriedade e expulsavam os posseiros. Daí o nome Revolta dos Posseiros.

A questão da grilagem de terra no Paraná e no Brasil é recorrente.

Deputado Belinati, V. Exa. sabe como foi a posse da terra em Londrina. Sabemos como foi no noroeste, no oeste do Paraná.

Vou oferecer um livro ao Deputado Stephanes Júnior, chamado Desterro, que fala muito da forma como foram feitas as desapropriações de áreas no Governo Jaime Lerner. Governo, aliás, ao qual ele serviu. Fala da forma, extremamente dura, levando à morte alguns integrantes do MST, fazendo com que perdessem propriedades. Há espancamentos. E não houve Deputados aqui, que não nós da Esquerda, para fazer manifestações contrárias a isso. O Deputado Stephanes poderá ler esse livro e verá que a violência no campo não é de hoje.

Estamos aqui para defender os trabalhadores rurais sem-terra. Sabemos o que acontece no Pará: um único proprietário se diz dono de 6 milhões de hectares de terra. No Brasil, hoje, temos milhões de hectares nas mãos de estrangeiros. No Paraná são quase 500 mil hectares que estão nas mãos de estrangeiros. E todo mundo acha isso normal. Não é nenhum crime quando o Governo Federal faz 87 bilhões de renegociação de dívida. É correto fazer.

Queremos a reforma agrária, inclusive com recursos, para que essas pessoas possam comprar terras, mas com recurso suficiente para que todos tenham terra.

Estamos aqui defendendo que não aconteçam mais situações onde caminhões, como vimos em Lindoeste, entrem com capangas atirando, derrubando igreja. Parece que isso não aconteceu? Aconteceu sim!

É preciso lembrar como foi feita a tomada de terra de Pontal do Paranapanema. Uma área que deveria ser pública e foi ocupada irregularmente por grandes fazendeiros. O que está acontecendo no Pará, no Mato Grosso, em Goiás e no Paraná. Parece que as pessoas ganharam essa terra de Deus. Alguns compraram, alguns não compraram. Tanto, Deputado Elio Rusch, que na CPI da Terra, da qual o senhor foi Presidente, eu propus que fizéssemos uma indicação ao Governo para que o Governo fizesse, através do processo de georeferenciamento, a medição de todas as áreas do Paraná. Então, o senhor tem uma área lá de 2, 3, 10, 20 alqueires, tem documento dela, faz o georeferenciamento e vê se é exatamente isso, se não é maior ou se não é menor, porque há muita gente com documento de 200 ocupando 500, e isso me parece que não cria nenhum constrangimento a ninguém.

O processo que levantamos na CPI da Terra apontou que no Paraná são 19 milhões de hectares. Entretanto, só 17 tem título. Alguma coisa está errada! Apontou, também, que tínhamos que colocar novamente na pauta da Ordem do Dia a questão do ITCG que, felizmente, hoje, retornou. Acho que é mérito. Agora, não abrimos mão de fazer este debate. O Deputado Péricles falou muito bem, são pessoas extremamente expropriadas ao longo dos séculos, e me parece que é normal quando vemos alguém comprar 1 milhão de hectares no Pará, no Mato Grosso, em Goiás, mas não é normal quando um Presidente pretende fazer com que uma reserva indígena tenha 1 milhão e 700 mil hectares, de pessoas que alguns julgam atrasadas, mas que estão lá há 10 mil anos. Parece que isso não é normal.

Senhores que defendem tanto a propriedade privada, como foi dito aqui, eu também defendo a propriedade a propriedade privada, mas com documento legal, não com grilagem, e tem muita gente grilando terra por aí e dizendo que é dono. Se formos fazer à risca da lei, à luz da legislação, aprofundar isso, vai sobrar muito pouco daquilo que hoje alguns dizem serem os grandes proprietários. Não é o tema que queremos debater, mas não vamos abrir mão de debater e defender o MST. Se houve queima ou não houve queima, vou verificar *in loco*, porque tenho feito isso, Deputado Cheida. Aí, não adianta dizer aqui: “Não, não queimaram todos os barracos, queimaram só 200.”

Não eram 18 famílias, não! O Deputado Artagão está errado! Não eram 18 famílias, são 200 famílias na área, e quero que o Deputado Artagão me acompanhe lá, até porque quero que ele participe desse debate. Vamos fazer um debate com o MST, vamos fazer um debate fraternalmente, mas politicamente. Nós temos lado, estamos do lado dos mais pobres. Estamos do lado, inclusive, daqueles que, muitas vezes, vão aos assentamentos verificar isso. Muitas vezes, aqueles que estão lá estão votando em representantes que não são os deles. Por isso, não estamos fazendo um debate sobre Direita e Esquerda, estamos fazendo um debate sobre quem defende quem.

Por último, Sr. Presidente, apenas para que o Deputado Stephanes Júnior fique mais tranqüilo, o PT não vai desaparecer, apesar da sua vontade. O PT modestamente, hoje, governa diversas cidades, governou estados, já governou São Paulo, já governou cidades importantíssimas como Porto Alegre. Modestamente, Deputado Stephanes Júnior, elegemos o Presidente da República, um metalúrgico que, talvez, dê arrepios em alguns, que defende inclusive a reforma agrária, que recebe o MST, e temos um Ministro da Reforma Agrária que é o seu pai. Então, veja, seu pai está num Governo que o senhor quer que acabe.

Não sei exatamente onde vamos chegar, mas certamente vamos chegar num debate extremamente bom para a sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

Consulto a Liderança do PSDB. PDT. Bloco PTB/PR.

(**Todos declinam**).

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Requerimento nº 2192, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 21/08/08 (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária, e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Indicação nº 195/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, o término da obra de construção do Hospital Universitário de Maringá. **À Diretoria Legislativa para, os devidos fins.**

Indicação nº 196/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de escola de 5ª a 8ª série no município de Londrina. **À Diretoria Legislativa para, os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 2201, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, justificando sua ausência em Plenário no dia 20/08/08, por motivo de reunião na condição de Presidente da Comissão de Saúde, junto ao Colégio Brasileiro de Cirurgiões. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 023/08, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus e Luis Claudio Romanelli, que institui o Programa de Recuperação de Créditos - PRC, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 023/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação de Créditos - PRC, das operações de titularidade do estado do Paraná adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A, denominado "Ativos" e do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, com o objetivo de tornar viável a regularização dos débitos e demais acréscimos legais, inclusive os ajuizados.

Parágrafo Único. O Programa será administrado pela Agência de Fomento do Paraná S/A.

Art. 2º O ingresso no Programa dar-se-á por opção do devedor principal, devedor solidário ou assuntor, que fará jus a regime especial de consolidação, quitação e parcelamento dos débitos a que se refere o artigo 1º.

§ 1º A opção poderá ser formalizada até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da publicação desta lei.

§ 2º Os débitos existentes serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso no Programa de Recuperação de Crédito - RPC.

§ 3º Realizada a consolidação dos contratos vigentes, os que estiverem em situação de inadimplência, serão

recalculados mediante correção monetária pela Taxa Referencial -TR, a partir da primeira inadimplência, acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano, excluindo quaisquer penalidades e encargos acessórios, passando este a ser o valor devido.

§ 4º A partir da consolidação do débito e consequente recálculo, fica ele sujeito a correção monetária pela Taxa Referencial - TR, acrescido de juros de 3% (três por cento) ao ano.

§ 5º O optante em situação de inadimplência poderá solicitar que seus contratos sejam corrigidos pela Taxa Referencial - TR, acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano em substituição aos encargos vigentes, a partir da adesão ao Programa de Recuperação de Créditos - RPC.

Art. 3º O saldo devedor consolidado poderá ser repactuado e amortização no prazo máximo e improrrogável de até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, vedada a concessão de carência, conforme requerido pelo optante.

Parágrafo Único. O optante que comprovar a sazonalidade de sua atividade precípua poderá solicitar que a forma de pagamento seja diversa da mensal, respeitado o prazo máximo de 10 (anos), devendo ser efetuado, no mínimo, um pagamento anual.

Art. 4º A competência para deferir a repactuação prevista nesta lei é de Comitê de Gestão e Controle.

Parágrafo Único. Em se tratando de operações ajuizadas de titularidade do estado do Paraná, originárias do Banco do Estado do Paraná S/A, denominado "Ativos" após o deferimento pelo Comitê de Gestão e Controle, o procedimento será encaminhado ao Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná para deliberação final.

Art. 5º A adesão ao Programa de Recuperação de Créditos - RPC implica confissão irrevogável e irretratável dos créditos, em poder do estado do Paraná, assim como, exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial para discussão dos contratos repactuados onde expressamente o estado seja parte.

§ 1º No caso de regularização de débitos já ajuizados, a repactuação fica condicionada ao pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, os honorários advocatícios serão devidos no percentual de até 4% (quatro por cento) calculado sobre o saldo devedor consolidado.

I - os honorários de que trata o parágrafo 2º deverão ser parcelados no mesmo número de parcelas concedidas para o pagamento dos débitos de que trata esta lei.

Art. 6º O atraso no pagamento de parcela superior a 90 (noventa) dias, importará na imediata revogação da repactuação, com a exigência do saldo do crédito confessado, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores pagos.

Art. 7º Os benefícios previstos nas Leis nºs 14936 e 14937, de 12/12/05, não são cumulativos com o disposto nesta lei.

Parágrafo Único. Os parcelamentos em curso poderão ser rescindidos, a pedido do optante, para que ocorra novo parcelamento nos termos da presente lei.

Art. 8º Os contratos repactuados na forma desta lei poderão ser amortizados mediante compensação com precatórios requisitórios vencidos e inscritos no Orçamento do Estado do Paraná e suas autarquias.

§ 1º A compensação prevista no *caput*, poderá ser total ou parcial, desde que, equivalente a no mínimo 10% (dez por cento) do valor do débito.

§ 2º A compensação prevista no *caput*, poderá ser efetivada durante o prazo de parcelamento requerido pelo optante.

§ 3º Em sendo a compensação de forma parcial, o saldo remanescente não compensado, será amortizado nas parcelas vincendas restantes do parcelamento.

§ 4º A correção dos valores da dívida a ser compensada e do precatório requisitório apresentado será realizada até a data do protocolo do requerimento de compensação.

§ 5º Os precatórios apresentados para fins de compensação, deverão ser expedidos, processados, deferidos e registrados pelo Tribunal competente, não podendo sobre os mesmos haver pendência de recurso judicial de qualquer espécie.

§ 6º Os precatórios a serem utilizados para fins de compensação, poderão ser próprios ou adquiridos de terceiros, devendo o optante instruir o pedido com:

I - Certidão expedida pelo juízo competente do precatório que se pretende compensar, no caso de créditos originalmente pertencentes ao próprio optante.

II - Escritura Pública de Cessão de Direitos, expedida pelo juízo competente na qual deverá constar que o precatório encontra-se pendente de pagamento, a titularidade do cedente e o montante cedido em relação ao montante total incontroverso de sua titularidade, caso o precatório que se pretenda compensar seja referente à créditos adquiridos de terceiros.

Art. 9º O requerimento para compensação deverá ser protocolado na Agência de Fomento do Paraná S/A, e sujeitar-se-á ao exame de admissibilidade dos precatórios requisitórios apresentados pela Procuradoria Geral do Estado, a qual poderá indeferir-lo, fundamentadamente.

Parágrafo Único. Não sendo admitidos os precatórios requisitórios, o pedido será extinto com a devolução dos documentos apresentados ao optante.

Art. 10. Após a admissibilidade realizada pela Procuradoria Geral do Estado, o requerimento de compensação com precatórios requisitórios será submetido ao Comitê de Gestão e Controle para deliberação.

Parágrafo Único. Comunicado do deferimento do pedido de compensação, o optante, deverá, no prazo de 10 (dez) dias, informar ao Juízo a compensação operacionalizada, apresentando à Agência de Fomento do Paraná S/A comprovação de tal providência.

Art. 11. Para a extinção da dívida, no caso de compensação com precatórios requisitórios, o optante deverá apresentar à Agência de Fomento do Paraná S/A a decisão homologatória do Juízo referente à compensação.

Art. 12. A compensação, nos termos desta lei, não será considerada para efeitos de repasse de valores para união, uma forma de arrecadação de valores.

Art. 13. A Secretaria de Estado da Fazenda observará, para fins de assentamentos contábeis da compensação, a ordem cronológica de apresentação dos precatórios, bem como as eventuais reduções de valores compensados na forma desta lei, ficando o devedor, entretanto, quite com a obrigação compensada.

Art. 14. O disposto nesta lei não se aplica a débitos decorrentes da alienação de bens móveis e imóveis de titularidade do estado do Paraná denominados “Ativos” e daqueles de titularidade de Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, efetivados através de processo licitatório.

Art. 15. Ficam revogadas a Lei nº 14606, de 05/01/05 e o Decreto nº 4428, de 01/03/05 respeitados os direitos adquiridos.

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20/08/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 324/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 539/08, que cria 2 (dois) cargos de Juiz de Direito Substituto na comarca de Foz do Iguaçu, Entrância Final, alterando a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/08, de 18/08/08, em 1ª Discussão).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 325/08, de autoria do Tribunal de Justiça, que cria o Fundo da Justiça, do Poder Judiciário do Estado do Paraná, conforme especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 093/08, de 12/08/08, em 1ª Discussão).**

Apenas ressaltar aos telespectadores que nos assistem que os projetos estão sendo votados, obviamente, com todas as suas discussões votadas por esta Casa. Por isso, que estão sendo votados de forma rápida, porque às vezes somos interrogados, especialmente por e-mails, de como é que se vota tão rapidamente os projetos. Esses projetos já passaram pelas Comissões e já foram votados em sua 1ª e 2ª discussão, tendo, portanto, a redação final de quase todos os projetos.

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/08, que objetiva acrescer e alterar o dispositivo das Leis nºs 1943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), 5940/69 (Lei de Promoções de Praças) e 6417/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CSP. COM EMENDAS DE PLÊNARIO, COM PARECER DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLÊNARIO APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

Aprovada a emenda.

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/08, de autoria do Deputado Enio Verri, que declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Vôlei de Praia, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

Aprovada a emenda.

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/08, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a Lei Estadual nº 12216, de 15/07/98, que trata da criação do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DE PLÊNARIO, COM PARECER DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

Aprovada a emenda.

2ª Discussão

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 341/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/08, que objetiva reestruturar os Anexos VII e VIII, da Lei nº 15843, de 21/05/08, conforme especifica e adota outras providências. (Quadro Próprio do Magistério - QPM, Quadro Único de Pessoal - QUP, do Poder Executivo do Estado do Paraná e os Contratados sob Regime Especial - CRES). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 341/08

P A R E C E R :

Trata-se da Mensagem nº 023/08, Projeto de Lei nº 341/08, de autoria do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15843, de 21/05/08, que concedeu índice geral de 5% na referência salarial inicial das tabelas de vencimentos básicos, a todas as carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo.

Conforme parágrafo 8º, do artigo 33, do Regimento Interno desta Assembléia, compete à esta Comissão de Educação, se manifestar sobre o mérito da presente proposta.

O projeto de lei em análise, pretende reestruturar os vencimentos do Quadro Próprio do Magistério e Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo e dos Contratados sob Regime Especial, incluindo os inativos e geradores de pensão.

O alcance da proposta deverá abranger cerca de 110 mil e 500 professores ativos, inativos, pensionistas e regime especial, vindo assim, beneficiar os servidores da Educação do nosso estado.

Assim, somos de parecer favorável, opinando pela aprovação da presente proposição.

Sala das Comissões, em 19/08/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 342/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/08, que altera os dispositivos das Leis nº 11713, de 07/05/97 e 14825, de 12/09/05. (Pessoal Docente, Docente-Técnico e Administração das Instituições Estaduais do Ensino Superior). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 342/08

P A R E C E R :

Trata-se da Mensagem nº 024/08, Projeto de Lei nº 342/08, de autoria do Poder Executivo, que modifica a Lei nº 11713, de 07/05/97, alterada pela Lei nº 14825, de 12/09/05, que dispõe sobre as Carreiras do Pessoal Docente, Docente Técnico ex- Administrativo das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

A reestruturação da carreira de docentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior tem sido discutida em grupo de trabalho, criado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para este fim, sendo integrado por representantes das Universidades Estaduais, Faculdades Estaduais, Associação Paranaense das Instituições Estaduais de Ensino Superior, Secretarias de Estado, Docentes e DIEESE.

Com as alterações propostas, além de reconhecer a importância do processo educativo de nível superior, se pretende incentivar e estimular os docentes em início de carreira a se aperfeiçoar e atualizar através do estudo, para alcançar a promoção, bem como, diminuir a diferença entre o maior e o menor nível salarial da carreira, refletindo no desenvolvimento e qualidade das instituições de ensino público superior.

Serão beneficiados com esta medida, 10250 docentes, ativos, inativos e pensionistas.

Atendendo ao disposto no parágrafo 3º, do artigo 33, desta Casa, esta Comissão de Educação se manifesta favoravelmente à tramitação da presente proposta, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19/08/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

BETI PAVIN - Relatora

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2173 a 2186, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2187, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2188, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2189 e 2190, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2193, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2195, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, conforme o artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2196, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2199, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado, do Sr. Deputado Dr. Batista, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 286, 326, 341 e 342/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 224 e 307/08.

Levanta-se a Sessão.

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 100	
91ª SESSÃO ORDINÁRIA	
SUMÁRIO	
Mesa Executiva.....	33
Presenças.....	33
Abertura da Sessão	33
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
	Redação Final..... 34
	1ª Discussão 37
	Encerramento da Sessão 38
	Publicações:
	Comissão Executiva
	Atos 38
	Diretoria Geral
	Portarias..... 38

DIÁRIO Nº 100

91ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 91ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Teruo Kato e Cleiton Kielse.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Luciana Rafagnin, Beti Pavin, Elton Welter, Enio Verri, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Mauro Moraes, Miltinho Pupio e Reni Pereira (10).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Ney Leprevost (01).

Em licença o Sr. Deputado Edgar Bueno e a Sra. Deputada Rosane Ferreira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária, antecipada do dia 21 de agosto (quinta-feira), conforme requerimento aprovado na Sessão anterior, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura da seguinte

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há expediente a ser lido e nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes e nem o Horário das Lideranças.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 286/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/08, que objetiva acrescentar e alterar o dispositivo das Leis nºs 1943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), 5940 (Lei de Promoções de Praças) e 6417/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 286/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 160 da Lei nº 1943, de 23/06/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), passa a vigorar acrescido dos parágrafos 5º e 6º, com as seguintes redações:

“Art. 160....

§ 5º O direito de transferência para a reserva remunerada será suspenso obrigatoriamente, pelo período de 4 (quatro) anos, no caso dos Praças, ocupantes da graduação de Cabo, 3º Sargento e 2º Sargento, que, ao completarem 26 (vinte e seis) anos de efetivo serviço para todos os efeitos legais, sejam contemplados, mediante requerimento, com o percentual de 80% (oitenta por cento) da diferença do soldo e das gratificações inerentes à graduação imediatamente superior decorrente de previsão da Lei nº 6417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná).

§ 6º O direito de transferência para a reserva remunerada será suspenso obrigatoriamente, pelo período de 4 (quatro) anos, no caso dos Praças, ocupantes da graduação de Cabo, 3º Sargento e 2º Sargento, que, ao completarem 31 (trinta e um) anos de efetivo serviço para todos os efeitos legais, sejam contemplados, mediante requerimento, com o limite percentual de 100% (cem por cento) da diferença do soldo e das gratificações inerentes à graduação imediatamente superior decorrente de previsão da Lei nº 6417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná), sem prejuízo da transferência compulsória à inatividade prevista nesta lei”.

Art. 2º O direito assegurado em decorrência do acréscimo dos parágrafos 5º e 6º ao artigo 160 da Lei nº 1943, de 23/06/54 (Código da Polícia Militar do Paraná) será extensivo aos policiais militares ocupantes da graduação de Cabo, 3º Sargento e 2º Sargento, que estejam, no mínimo, no ótimo comportamento e que já contem, na atividade, com tempo de efetivo serviço superior a 26 (vinte e seis) anos ou superior a 31 (trinta e um) anos, nos

percentuais respectivos do soldo e das gratificações inerentes à graduação imediatamente superior, mediante requerimento, importando, em ambos os casos, na suspensão obrigatória do direito de transferência à reserva remunerada, pelo período de 4 (quatro) anos, sem prejuízo da transferência compulsória à inatividade prevista na referida lei.

Art. 3º Não se aplicam aos Praças de Qualificação Policial Militar 1-4 (Músicos) e demais Praças especializadas as previsões decorrentes do acréscimo dos parágrafos 5º e 6º ao artigo 160 da Lei nº 1943, de 23/06/54 (Código da Polícia Militar do Paraná).

Art. 4º Os incisos VI e VIII, do artigo 25, da Lei nº 5940, de 08/05/69, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25....

VI - não estar respondendo a processo criminal comum ou militar, cumprindo pena criminal ou ter contra si qualquer tipo de prisão provisória, em razão de crimes dolosos em geral que atentem contra os valores éticos e morais da Corporação ou que afetem a honra militar, o pundonor militar e o decoro da classe, competindo exclusivamente à Comissão de Promoção de Praças proceder à avaliação do caso concreto, manifestando-se mediante decisão fundamentada irreversível, sobre a incidência ou não das referidas restrições quanto ao ingresso do Sargento em quadro de acesso para a promoção:

VIII - possuir o interstício mínimo na graduação:

- a) Subtenente, no mínimo 2 (dois) anos como 1º Sargento;
- b) 1º Sargento, no mínimo 2 (dois) anos como 2º Sargento;
- c) 2º Sargento, no mínimo 4 (quatro) anos como 3º Sargento;”

Art. 5º O Capítulo III (do acesso à graduação de Cabo ou 3º Sargento), do Título V (das promoções), e o artigo 44, ambos da Lei nº 5940, de 08/05/69 (Leis de Promoções de Praças), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Capítulo III

Do Acesso à graduação de Cabo ou Sargento

Art. 44. Concorrerão à promoção os Praças que possuírem os cursos respectivos que dêem direito ao acesso, respeitadas as excessões previstas nesta lei.

§ 1º São cursos que dão direito ao acesso:

I - para promoção a Cabo Combatente ou Especialista: Curso de Formação de Cabos, realizados na Corporação, de acordo com as normas estabelecidas;

II - para promoção a 3º Sargento Combatente ou Especialista: Cursos de Formação de Sargentos, realizados na Corporação, de acordo com as normas estabelecidas, habilitando o acesso normal até a graduação de 2º Sargento, inclusive.

§ 2º É assegurado ao Soldado de 1ª Classe, que contar, no mínimo, com 15 (quinze) anos de efetivo serviço e constar no almanaque militar da Corporação, preservada a ordem pelo critério da antiguidade absoluta, o direito à matrícula e à frequência em Curso Especial de Formação de Cabo, realizado na Corporação.

§ 3º A matrícula e a frequência do Soldado de 1ª Classe em Curso Especial de Formação de Cabo está condicionada ao atendimento dos requisitos especificados neste artigo, à existência de vagas e à capacidade administrativa e orçamentária da Corporação.

§ 4º Admite-se ao Soldado de 1ª Classe declinar, mediante requerimento escrito ao Comandante Geral da Corporação, do direito assegurado no parágrafo 2º deste artigo, por no máximo, 2 (duas) vezes, perdendo definitivamente, a partir da terceira recusa, o direito a frequência ao Curso Especial de Formação de Cabos.

§ 5º A promoção do Soldado de 1ª Classe será efetivada após a conclusão, com aproveitamento, do Curso Especial de Formação de Cabos, acarretando no cumprimento obrigatório de interstício mínimo de 2 (dois) anos na graduação de Cabo para que o militar possa se submeter a Concurso Interno, destinado ao preenchimento de vagas no Curso de Formação de Sargentos, realizado na Corporação, pelos critérios de antiguidade e de merecimento, assegurando-se o preenchimento de até 50% (cinquenta por cento) das vagas pelo critério da antiguidade relativa.

§ 6º Para efeito das situações previstas nos parágrafos 2º e 5º, deste artigo, considerar-se-á a universalidade de cabos/soldados, em conformidade com a Lei de Fixação de Efetivo da Polícia Militar do Paraná, em vigor.

§ 7º São requisitos para a matrícula e frequência do Soldado de 1ª Classe em Curso Especial de Formação de Cabos, e para a respectiva promoção:

a) possuir o Soldado de 1ª Classe, no mínimo, 15 (quinze) anos de efetivo serviço para todos os efeitos legais;

b) estar classificado, no mínimo, no comportamento ótimo;

c) não estar submetido a Conselho de Disciplina ou Conselho de Justificação;

d) não estar agregado ou licenciado para tratar de interesses particulares;

e) não estar respondendo a processo criminal, comum ou militar, cumprindo pena criminal ou ter contra si qualquer tipo de prisão provisória, em razão de crimes dolosos em geral que atentem contra os valores éticos e morais da Corporação ou que afetem a honra militar, o pundonor militar e o decoro da classe, competindo exclusivamente à Comissão de Promoção de Praças proceder à avaliação do caso concreto, manifestando-se, mediante decisão fundamentada irrecorrível, sobre a incidência ou não das referidas restrições, assegurando-se a publicidade ao interessado.

§ 8º A promoção dos Soldados de 1ª Classe à graduação imediata, atendidas as condições e requisitos estabelecidos no presente artigo, está condicionada à aptidão em inspeção de saúde, a ser realizada pela Junta Médica da Corporação”.

Art. 6º Fica introduzido o artigo 44-A na Lei 5940, de 08/05/69, vigorando com a seguinte redação:

“Art. 44-A. Os Praças ocupantes das graduações de Cabo, 3º Sargento e 2º Sargento, ressalvados os Praças da qualificação policial militar 1-4 (músicos) e os Praças especialistas, contemplados com o direito de perceber o limite percentual de 100% (cem por cento) da diferença do soldo e das gratificações inerentes à graduação imediatamente superior, conforme previsão da Lei 6417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná) serão promovidos à referida graduação no período relativo aos 6 (seis) meses anteriores à data limite de permanência no serviço ativo, como prêmio dos relevantes serviços prestados ao estado do Paraná e à Corporação, coroando-se o encerramento da carreira policial militar.

Parágrafo Único. As promoções previstas no *caput* deste artigo ficam condicionadas ao cumprimento dos requisitos constantes nas alíneas (b), (c), (d) e (e), do parágrafo 7º, do artigo anterior.”

Art. 7º Os artigos 54 e 56 da Lei 5940, de 08/05/69, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54. A antiguidade é absoluta ou relativa:

I - a antiguidade absoluta compreende o tempo integral de serviço prestado à Corporação;

II - a antiguidade relativa compreende o tempo de serviço na graduação.

§ 1º A antiguidade relativa assegura a precedência hierárquica do Subtenente, do Sargento, do Cabo e do Soldado na sua graduação e determina o seu lugar no respectivo escalão.

§ 2º A antiguidade relativa nas promoções coletivas de policiais militares à graduação de Sargentos, Cabos e Soldados é determinada pela ordem de merecimento intelectual de cada turma.

§ 3º É aplicável o critério adotado no parágrafo anterior aos Praças Especialistas, considerada a classificação no respectivo Curso de Formação.

§ 4º Na apuração da antiguidade absoluta dos Soldados de 1ª Classe, quando ocorrer empate, tem precedência o militar que:

a) tiver maior antiguidade relativa;

b) obteve maior média no Curso de Formação de Soldados;

c) for mais idoso;

d) for casado ou viúvo, com maior número de filhos.

§ 5º Na apuração da antiguidade relativa dos praças, quando ocorrer empate, tem precedência o militar que:

a) tiver maior antiguidade relativa na graduação anterior;

b) obteve maior média nos Cursos de Aperfeiçoamento, de Formação de Sargentos ou nos especiais correspondentes;

c) tiver maior antiguidade absoluta;

d) for mais idoso;

e) for casado ou viúvo, com maior número de filhos.

“Art. 56. A antiguidade relativa do militar estadual reincluído na Corporação é contada da data que obteve alta da graduação.”

Art. 8º Fica introduzido o artigo 11-A na Lei 6417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná), passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11-A. Aos policiais militares, ressalvados os pertencentes à Qualificação Policial Militar 1-4 (músicos) e os especialistas será assegurado a diferença do soldo da graduação imediatamente superior, atendidas as seguintes condições, requisitos e proporções:

I - Aos policiais militares ocupantes da graduação de Cabo, 3º Sargento e 2º Sargento que completarem, no mínimo, 26 (vinte e seis) anos de efetivo serviço para todos os efeitos legais e estiverem, no mínimo, no comportamento ótimo, será assegurado o percentual de 80% (oitenta por cento) do soldo da graduação imediatamente superior.

II - Aos policiais militares da graduação de Cabo, 3º Sargento e 2º Sargento que completarem, no mínimo, 31 (trinta e um) anos de efetivo serviço para todos os efeitos legais e estiverem, no mínimo, no comportamento ótimo, será assegurado o direito de complementar o benefício constante no item I, até limite de 100% (cem por cento) da diferença do soldo da graduação imediatamente superior.

§ 1º O direito ao soldo da graduação imediatamente superior, em conformidade com os percentuais definidos no *caput* do presente artigo, começa no dia em que o policial militar completar o tempo mínimo de efetivo serviço, desde que cumprido o requisito inerente ao comportamento, previstos neste artigo, e encerra-se imediatamente após a promoção à referida graduação, com previsão na Lei 5940, de 08/05/69 - Lei de Promoção de Praças.

§ 2º A concessão da vantagem prevista neste artigo fica condicionada à apresentação de requerimento, por escrito, pelo interessado, após cumpridas as exigências legais, e reconhecimento, em processo próprio, pelo Comandante Geral da Corporação.”

Art. 9º Fica alterado o artigo 18 da Lei 6417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná), passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. Para fins de concessão das gratificações, tomar-se-ão por base o valor do soldo do posto ou graduação que efetivamente possua o policial militar, ressalvados o caso previsto no artigo 9º, quando será considerado o valor do soldo do posto ou graduação correspondente ao cargo, comissão ou função eventualmente desempenhados, e o caso previsto no artigo 11-A, quando será considerado o valor da diferença do soldo da graduação imediatamente superior”.

Art. 10. Os direitos assegurados em decorrência da introdução do artigo 11-A e da alteração do artigo 18 diante da Lei 6417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná) será extensivo aos policiais

militares ocupantes da graduação de Cabo, 3º Sargento e 2º Sargento, que estejam, no mínimo, no ótimo comportamento, e que já contem, na atividade, com tempo de efetivo serviço superior a 26 (vinte e seis) anos ou superior a 31 (trinta e um) anos, nos percentuais respectivos do soldo e das gratificações inerentes à graduação imediatamente superior, estando os mesmos sujeitos às demais disposições constantes nos referidos artigos.

Art. 11. Não se aplicam às praças da Qualificação Policial Militar 1-4 (músicos) e demais praças especialistas as previsões decorrentes da introdução do artigo 11-A e da alteração do artigo 18, ambos da Lei 6417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná).

Art. 12. O efetivo da Polícia Militar do Paraná, passa a ser conforme os Anexos 1 e 2 desta lei.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20/08/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 326/08, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a Lei Estadual nº 12216, de 15/07/98, que trata da criação do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 326/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam alterados, a partir de 1º/01/09, o parágrafo 1º e a alínea “a”, do artigo 3º da Lei Estadual nº 12216, de 15/06/98, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 3º -...

...

“§ 1º O produto da arrecadação da taxa Judiciária será destinado: 98% (noventa e oito por cento) para o FUNREJUS e 2% (dois por cento) para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, na forma estabelecida pelo artigo 205 da Constituição Estadual.

a) arrecadação da Taxa Judiciária, será feita, integralmente, pelo FUNREJUS, que repassará o percentual de 2% (dois por cento) para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente para as contas bancárias indicadas pelos órgãos beneficiários.”

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar recursos para a Unidade Orçamentária 4960 Fundo Penitenciário - FUPEN, da Secretaria de Estado da Justiça

e da Cidadania, a dotação orçamentária de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) no orçamento de 2009, com recursos do Tesouro Geral do Estado, a serem repassados, mensalmente, no valor de 1/12 do constante na Lei Orçamentária, diretamente para a conta bancária exclusiva do FUPEN.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20/08/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 341/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/08, que objetiva reestruturar os anexos VII e VIII, da Lei nº 15843, de 21/05/08, conforme especifica e adota outras providências. (Quadro Próprio do Magistério - QPM, Quadro Único de Pessoal - QUP, do Poder Executivo do Estado do Paraná e os Contratados sob Regime Especial - CRÊS). **Aprovado. (Publ. no DA nº 092/08, de 11/08/08, em Mensagens).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 342/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/08, que objetiva alterar dispositivos das Leis nºs 11713, de 07/05/97 e 14825, de 12/09/05. (Pessoal Docente, Docente-Técnico e Administrativo das Instituições Estaduais do Ensino Superior). **Aprovado. (Publ. no DA nº 092/08, de 11/08/08, em Mensagens).**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública estadual a Associação Mãos Estendidas - AME. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/08, de 26/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 224/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, declara de utilidade pública a Associação Mãos Estendidas - AME, com sede e foro no município de Londrina.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19/08/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a RFCC - Rede Feminina de Combate ao Câncer, de União da Vitória. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/08, de 08/07/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 307/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de utilidade pública a RFCC - Rede Feminina de Combate ao Câncer, com sede no município e foro na comarca de União da Vitória.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, conforme previsto no respectivo Estatuto Social, a correta denominação da Rede que se pretende declarar de utilidade pública é Rede Feminina de Combate ao Câncer - Regional de União de Vitória/PR e Porto União/SC, bem como, possui sede e foro no município de União da Vitória, estado do Paraná. Desta forma, a fim de adequar os dispositivos do presente projeto ao previsto no Estatuto Social da referida Associação, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 19/08/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 307/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer - Regional de União de Vitória/PR e Porto União/SC, com sede e foro no município de União da Vitória.

Sala das Comissões, em 19/08/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 25, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 303 e 318/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 224 e 307/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/08 e do Projeto de Resolução nº 012/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 810/06

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7504, datado de 12/09/06, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder, a SANDRA MARA FERREIRA DE SOUZA, matrícula nº 618, ocupante do cargo de Taquígrafa, nível NUD-02, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver de afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 02/04/01 e 02/04/06, nos termos do artigo 247, parágrafo único da Lei de nº 6174/70. O período de licença deverá ser marcado pela requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da citada Lei nº 6174/07.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28/09/06.

(aa) PEDRO IVO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1053/08

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6724, datado de 24/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

Mandar retificar a data de licença especial concedida pelo Ato da Comissão Executiva nº 1503/07, e usufruída por TADEU LUKA, no período de 01/09/07 a 29/11/07, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, matrícula nº 40864, ocupante do cargo de Dentista, nível NUE-03, lotado na Coordenadoria Médico Odontológico da Casa, referente ao quinquênio compreendido entre 06/04/98 e 06/04/03, em virtude das incorporações anteriores, permitidas por ter sido admitido em 01/04/75, nos termos do artigo 3º e parágrafo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98 e artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70, vigente à época.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07.08.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 0196/08

O diretor geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7039, datado de 06/08/08, deste Poder,

R E S O L V E :

Mandar incorporar em favor de ADELAIDE DA SILVA OSMAN, matrícula nº 40336, portadora do RG 1.490.751/PR e do CPF 552.659.609-53, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, admitida em 01/03/84, ocupante do cargo de Servente, nível NBA-03, lotada no Setor da Água da Casa, o tempo de 02 anos, 10 meses e 19 dias, conforme Certidão de Tempo De Contribuição do INSS em anexo, em que trabalhou na Nacional Limpeza e Conservação SC Ltda, período de 11/04/83 a 29/02/84 (10 meses e 20 dias), na Prefeitura Municipal de Terra Roxa/PR, de 09/02/81 a 31/12/81 (10 meses e 23 dias) e na prefeitura Municipal de Terra Roxa/PR, período de 02/01/82 a 07/02/83 (01 ano, 01 mês e 06 dias), nos termos do artigo 201 e parágrafo 9º da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14.08.2008.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0197/08

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6910, datado de 05/08/08, deste Poder,

R E S O L V E :

Mandar contar em favor de MARIA DE FATIMA PEREIRA, matrícula nº 40434, portadora do RG 3.584.774-0/PR e do CPF 211.128.949-34, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 02/05/86, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NBA-03, lotada na Diretoria de Apoio Técnico da Casa, os seguintes períodos de tempo:

1. 06 meses, para todos os efeitos legais, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período entre 22/12/92 e 22/12/97, conforme artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70; e

2. 03 anos, 06 meses e 17 dias, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do artigo 201 e parágrafo 9º da Constituição Federal, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS em anexo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14.08.2008.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0198/08

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6911, datado de 05/08/08, deste Poder,

R E S O L V E :

Mandar contar em favor de BENEDITO PEREIRA, matrícula nº 40553, portador do RG 817.445-8/PR e do CPF 173.494.359-91, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01/03/90, ocupante do cargo de Motorista, nível NBA-04, lotado na Diretoria de Geral desta Casa, os seguintes períodos de tempo:

1. 06 meses, para todos os efeitos legais, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período entre 22/12/92 e 22/12/97, conforme artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70; e

2. 13 anos, 01 meses e 13 dias, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do artigo 201 e parágrafo 9º da Constituição Federal, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS em anexo, relativo aos períodos de tempo trabalhados na Cerealista Santa Rosa de Iretama Ltda, de 01/08/76 a 28/02/78 (01 ano e 07 meses); na Transportadora Hiromak Ltda. de 30/04/78 a 06/01/79 (08 meses e 07 dias); na Cesbe AS Engenharia

e Empreendimentos, de 23/08/79 a 10/02/87 (07 anos, 05 meses e 18 dias); na Cesbe AS Engenharia e Empreendimentos, de 18/03/87 e 05/04/90 (03 anos e 18 dias) e para Joaquim Correia Gonçalves, de 01/09/75 a 31/12/75 (04 meses).

Gabinete da Diretoria Geral, em 14.08.2008.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0199/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7053, datado de 06/08/08, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARLI DE BASTOS STALCHMIDT, matrícula nº 40241, de 60 (sessenta) dias, a partir de 04/07/08 com término em 02/09/08, CID. 10 M70.9, M65.9 e M54.1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14.08.2008.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0200/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7150, datado de 11/08/08, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, VERA LUCIA DOS SANTOS DE LIMA, matrícula nº 40019, de 60 (sessenta) dias, a partir de 23/07/08 com término em 21/09/08, CID. 10 G43.0 F 32.1 e F 32.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.08.2008.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0201/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7342, datado de 14/08/08, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, EURIDES BASSETTI NETO, matrícula nº 40397, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 04/08/08 com término em 02/12/08, CID. 10 F 31.6.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.08.2008.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0202/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7354, datado de 14/08/08, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, CARLOS ARTHUR BONATO, matrícula nº 40306, de 30 (trinta) dias, a partir de 05/08/08 com término em 04/09/08, CID. 10 G 62-3.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.08.2008.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0203/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7084, datado de 07/08/08, deste Poder,

R E S O L V E :

Mandar averbar, para efeito de aposentadoria, em favor de LORENE MARIA RITTER, matrícula nº 40624, portadora do RG 1.217.571-0/PR e do CPF 501.853.949-34, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 09/07/95, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-03, lotada na Coordenadoria de Estudos e Promoções da Casa, o tempo total de 02 anos, 02 meses e 15 dias, já descontado o tempo em paralelo, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS e nos termos do artigo 201, parágrafo 9º, da Constituição Federal, referente aos períodos de tempo: de 01/06/80 a 30/06/81 (01 ano e 15 dias) em que trabalhou na Premiere Turismo Ltda; de 01/04/82 a 30/01/83 (10 meses) em que trabalhou na Mediclin Clínica da Mulher e da Criança Ltda; de 13/05/85 a 11/06/85 (29 dias) em que trabalhou na Gráfica e editora Posigraf SA; e, de 15/03/80 a 15/06/80 (03 meses e 01 dias) em que trabalhou na Adejotur Agência de Turismo Ltda.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.08.2008.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

